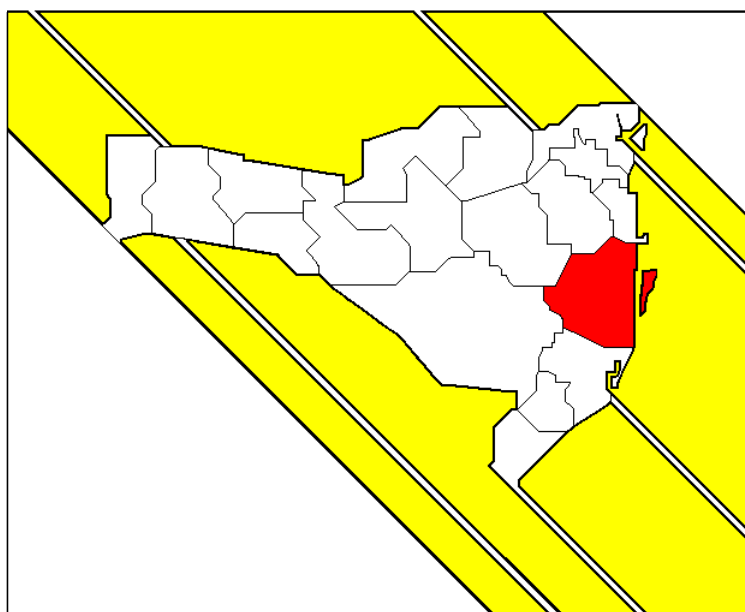




GRANFPOLIS

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS



***RELATÓRIO DE ATIVIDADES
E
PRESTAÇÃO DE CONTAS
2001***

MUNICÍPIOS - PREFEITOS

ÁGUAS MORNAS	Elmar Antônio Thiesen
ANGELINA	Ailton Laudelino Andrade
ALFREDO WAGNER	Sérgio Biasi Silvestri
ANITÁPOLIS	Antão Antônio David
ANTÔNIO CARLOS	Geraldo Pauli
BIGUAÇU	Vilmar Astrogildo de Souza
CANELINHA	Moacir Montibeller
FLORIANÓPOLIS	Angela Regina H. Amin Helou
GAROPABA	Quirino Juvêncio Lopes
GOVERNADOR CELSO RAMOS	Samuel Silva
LEOBERTO LEAL	Edson Flores da Cunha
MAJOR GERCINO	Lourival dos Santos
NOVA TRENTO	Godofredo Luiz Tonini
PALHOÇA	Paulo Roberto Vidal
PAULO LOPES	Volnei Adolfo Zanela
RANCHO QUEIMADO	Mério César Goedert
SANTO AMARO DA IMPERTRIZ	Nelson Isidoro da Silva
SÃO BONIFÁCIO	Paulo Exterkoetter
SÃO JOÃO BATISTA	Jair Sebastião Amorim
SÃO JOSÉ	Dário Elias Berger
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	Salézio Zimmermann
TIJUCAS	Uilson Sgrott

MUNICÍPIOS - PRESIDENTES DE CÂMARA MUNICIPAL

ÁGUAS MORNAS	Eron Nicolau Lehmkuhl
ANGELINA	Leonardo Hames
ALFREDO WAGNER	Clóvis Ogê Kretzer
ANITÁPOLIS	Salésio Effting
ANTÔNIO CARLOS	Ivens Antônio Scherer
BIGUAÇU	Durval Borba Neto/ Ramon Wollinger
CANELINHA	Vilson Abrão Cirilo
FLORIANÓPOLIS	Jaime Tonello
GAROPABA	Luiz Fernando Pedro
GOVERNADOR CELSO RAMOS	Juliano Duarte Campos
LEOBERTO LEAL	Antônio Schappo
MAJOR GERCINO	Nilo Antônio Jasper
NOVA TRENTO	Carlos Tarcísio Battisti
PALHOÇA	Nirido Artur da Luz
PAULO LOPES	Evaldo Silva
RANCHO QUEIMADO	Carlos Alberto Schiller
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	Gerry Beirão
SÃO BONIFÁCIO	Huberto Buss
SÃO JOÃO BATISTA	Aderbal Manoel dos Santos
SÃO JOSÉ	Adi Xavier de Castro
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	Edson França da Rocha
TIJUCAS	Adalto Gomes

**RELATÓRIO
DE
ATIVIDADES**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

SUMÁRIO

01 - OFÍCIO À ASSEMBLÉIA GERAL

02 - PARECER DO CONSELHO FISCAL

03 - MENSAGEM

04 - ORGANIZAÇÃO

05 - ATIVIDADES DA SECRETARIA EXECUTIVA

06 - ATIVIDADES DAS ASSESSORIAS TÉCNICAS

DA : DIRETORIA EXECUTIVA
A : ASSEMBLÉIA GERAL
ASSUNTO : RELATÓRIO DE ATIVIDADES E PRESTAÇÃO DE CONTAS
PERÍODO : DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2001

A Diretoria Executiva da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, eleita e empossada na Assembléia Geral Ordinária realizada dia 02 de março de 2001, no Município de São José, em observância ao que estabelece o Artigo 29, letra "f", dos Estatutos Sociais, submete à aprovação da Assembléia Geral da GRANFPOLIS o Relatório Geral de Atividades e a Prestação de Contas referentes ao exercício de 2000.

Atendendo preceito estatutário, o Relatório e a Prestação de Contas mereceram o parecer prévio do Conselho Fiscal, conforme documento anexo.

Florianópolis, 08 de fevereiro de 2002.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal de Antônio Carlos
Presidente

PAULO ROBERTO VIDAL
Prefeito Municipal de Palhoça
1º Vice-Presidente

SÉRGIO BIASI SILVESTRI
Prefeito Municipal de Alfredo Wagner
2º Vice-Presidente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, em cumprimento às disposições estatutárias do Artigo 38, letra "b", combinado com o Artigo 29, letra "f", declaram que, tendo procedido, nesta data, ao exame do Relatório Geral de Atividades e Prestação de Contas, referentes ao exercício de 2001 e achando tudo em perfeita ordem e exatidão, recomendam que os mesmos sejam aprovados pela Assembléia Geral da GRANFPOLIS.

Florianópolis, 08 de fevereiro de 2002.

NELSON ISIDORO DA SILVA
Prefeito Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

LOURIVAL DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Major Gercino

NIRDO ARTHUR DA LUZ
Presidente da Câmara Municipal de Palhoça

3 - MENSAGEM

Em cumprimento aos preceitos estatutários, a Diretoria Executiva apresenta, de modo sucinto, as principais atividades desenvolvidas no decorrer de 2001.

A Associação esteve representada em todos os eventos acontecidos em nosso Estado e fora dele, muito especialmente na Capital Federal, pois inúmeros eram os assuntos de interesse municipal que tramitavam no Congresso Nacional.

A Lei Complementar Nº 101/01 (Lei de Responsabilidade Fiscal) foi preocupação constante no dia a dia da Associação com a equipe técnica prestando orientações sobre a sua correta aplicação. No entanto, as dificuldades encontradas pelos administradores municipais, muitos deles tendo recebido pesadas dívidas de seus antecessores, outros premidos pelas demandas, decorrentes de intempéries ou da própria situação econômica e social vivenciada pela população de baixa renda, não conseguiram atender a todos os dispositivos legais, tendo suas contas do ano de 2000 obtido parecer do Tribunal de Contas do Estado pela rejeição.

Tanto a Federação Catarinense de Municípios – FECAM, quanto a Associação, buscaram o Tribunal de Contas do Estado para que fossem consideradas nas reapreciações, que serão solicitadas pelos Senhores Prefeitos, as situações específicas de cada um, não se punindo administradores que buscaram de todas as formas atender os dispositivos legais, não deixando de atender suas comunidades.

Os Institutos de Previdência dos Servidores Municipais também tiveram especial atenção da Associação, para o bom desempenho de suas atividades e regularidade junto ao Ministério da Previdência.

Conforme estabelecido no Plano de Trabalho, foram desenvolvidos esforços para a qualificação e profissionalização dos servidores municipais com a realização de vários cursos que propiciaram a capacitação de técnicos dos Municípios filiados, conforme especificamos no conteúdo deste relatório.

O desligamento, a pedido, do Economista José Ademir Deschamps, o qual, durante 24 anos, prestou excelentes serviços à Associação e às Prefeituras da Região, inicialmente, nos preocupou sobremaneira, mas depois, a sua ida para a Assessoria do Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado, nos trouxe a certeza de que os Municípios terão no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina mais um aliado na busca da correta aplicação dos recursos públicos e no exame criterioso e experiente das contas e defesas, apresentadas àquela respeitada e conceituada Corte de Contas, dada a sua comprovada experiência e inquestionável conhecimento técnico-prático do dia a dia de uma Prefeitura.

A aprovação da Reforma e Consolidação do Regulamento de Pessoal da Associação procurou valorizar o pessoal técnico da casa, numa clara demonstração de que a administração da entidade soube reconhecer àqueles que se dedicam com afinco no seu trabalho em prol das comunidades da Região.

Esta valorização também ficou claramente demonstrada no incentivo à especialização dos técnicos da Associação: Advogado Waldir Gorges Alves, cursando especialização em Direito Tributário na UNIVALI em Biguaçu, o Contador Gilberto Brasil, cursando especialização em Auditoria Pública na UFSC e a Arquiteta e Urbanista Valesca Menezes Marques cursando especialização em Geografia na UFSC, com total apoio da nossa entidade.

Importante ressaltar a visita honrosa do Contador Geral da União, Dr. Izaltino Alves da Cruz em nossa sede, ocasião em que pôde discutir com os técnicos das Associações de Municípios e do Tribunal de Contas do Estado aspectos relacionados com a nova legislação, implantada para a Consolidação das Contas Públicas a nível nacional, bem como a padronização de procedimentos.

A Diretoria Executiva continuou a luta de muitos anos pela pavimentação dos trechos Leoberto Leal-Imbuia; BR-282 – São Bonifácio; São João Batista – Major Gercino; BR-282 – Anitápolis; BR-101-São Pedro de Alcântara e BR-101 – Palmas, em Governador Celso Ramos, conscientes de que a pavimentação dos referidos trechos irá propiciar maior desenvolvimento àquelas comunidades.

A participação efetiva no Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana, presidida pela Prefeita da Capital, Ângela Regina Heinzen Amin Helou, com as presenças dos Prefeitos Dário Elias Berger e Jair Sebastião Amorim, de São José e São João Batista, respectivamente; dos Vereadores Salézio Eftting e Edson França da Rocha, respectivamente Presidentes das Câmaras Municipais de Anitápolis e São Pedro de Alcântara; do Secretário Executivo da Associação, Miguel Augusto Forbeck Faraco e também dos técnicos da Associação Waldir Gorges Alves, Valesca Menezes Marques e João Augusto Demaria da Silveira nas Câmaras Setoriais, demonstram o total engajamento da nossa entidade na viabilização e efetiva implantação da Região Metropolitana.

Em 18/01/02, o Governador do Estado, através do Decreto Nº 3880, reconduziu o Secretário Executivo da Associação, Miguel Augusto Forbeck Faraco, a novo mandato de 02 (dois) anos, junto ao Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana, numa clara demonstração de apreço e reconhecimento à nossa entidade municipalista.

A Diretoria Executiva, preocupada com a melhoria dos índices de retorno do ICMS para os Municípios associados buscou junto à co-irmã AMESC (Associação dos Municípios do Extremo Sul de Santa Catarina) com sede em Araranguá, de forma gratuita, um novo Programa de Controle de previsão de safra e controle das Notas Fiscais de Produtor Rural – “SIS RURAL” que virá padronizar os referidos controles e melhorar os valores do Movimento Econômico Agropecuário, a serem declarados na DIEF da Fazenda Estadual.

O referido programa estará sendo implantado sem nenhum custo para os Municípios a partir do mês de fevereiro de 2002 e os técnicos responsáveis pelo Setor nas Prefeituras receberão treinamento na sede da Associação.

Não poderíamos deixar de registrar, com muita tristeza, o prematuro desaparecimento do Vereador Durval Borba Neto, "Netinho", Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, que faleceu no dia 06/07/01, acometido por fulminante infarto do miocárdio, ao início do seu primeiro mandato.

Encerrando, podemos afiançar que o trabalho desenvolvido demonstra, por si só, o esforço de toda a Diretoria Executiva e do corpo funcional da Associação na busca de soluções dos problemas enfrentados pelas Administrações Municipais e que o congressamento ocorrido durante o ano foi importante na busca de soluções para problemas comuns, consolidando, cada vez mais, a nossa entidade municipalista.

Nossos sinceros agradecimentos aos companheiros Prefeitos, Vice-Prefeitos Municipais, Presidentes de Câmaras Municipais e Vereadores que nos apoiaram e nos incentivaram a cumprir nosso mandato com sucesso.

Florianópolis, 08 de fevereiro de 2002.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal de Antônio Carlos
Presidente

PAULO ROBERTO VIDAL
Prefeito Municipal de Palhoça
1º Vice-Presidente

SÉRGIO BIASI SILVESTRI
Prefeito Municipal de Alfredo Wagner
2º Vice-Presidente

4 - ORGANIZAÇÃO

4.1 - ASSEMBLÉIA GERAL

A Assembléia Geral da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis é constituída pelos Prefeitos e Presidentes de Câmaras Municipais da Microrregião, ou seus representantes devidamente credenciados.

Dentre as atribuições que lhe são conferidas cabe, ainda, à Assembléia Geral aprovar o presente Relatório de Atividades e a Prestação de Contas.

4.2 - DIRETORIA EXECUTIVA

A Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis é administrada por uma Diretoria Executiva, que se compõe dos seguintes membros, eleitos por um ano, pela Assembléia Geral:

- Presidente : Geraldo Pauli
Prefeito Municipal de Antônio Carlos
- 1º Vice-Presidente : Paulo Roberto Vidal
Prefeito Municipal de Palhoça
- 2º Vice-Presidente : Sérgio Biasi Silvestri
Prefeito Municipal de Alfredo Wagner

4.3 - CONSELHO FISCAL

Aos membros do Conselho Fiscal compete, em cumprimento às disposições estatutárias, examinar o Relatório de Atividades e a Prestação de Contas e submetê-los à aprovação da Assembléia Geral, emitindo seu parecer prévio.

São membros do Conselho Fiscal:

Efetivos : Nelson Isidoro da Silva
Prefeito Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

Lourival dos Santos
Prefeito Municipal de Major Gercino

Nirido Arthur da Luz
Presidente da Câmara Municipal de Palhoça

Suplentes: Jair Sebastião Amorim
Prefeito Municipal de São João Batista

Ailton Laudelino Andrade
Prefeito Municipal de Angelina

Evaldo Silva
Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes

4.4 - SECRETARIA EXECUTIVA

Membros:

Secretário Executivo : Miguel Augusto Forbeck Faraco
Recepcionista / Telefonista : Margarete Almeida
Auxiliar de Serviços Gerais I : Mário César Souza

4.5 - ASSESSORIA TÉCNICA

4.5.1 - Assessoria para Assuntos Administrativos

Membros:

Assistente Administrativo : Sueli Venâncio Luiz
Auxiliar de Serviços Gerais I : Erondina Goedert Kretzer

4.5.2 - Assessoria para Assuntos Contábeis e Financeiros

Membros:

Economista : José Ademir Deschamps (até 30.04.01)
Contador : Gilberto Brasil
Auxiliar de Serviços Gerais II : Bento Patrocínio Ramos Filho

4.5.4 - Assessoria de Informática

Membro:

Contador: Luiz Antônio Gerardi

4.5.4 - Assessoria para Assuntos Jurídicos

Membro:

Advogado : Waldir Gorges Alves

4.5.5 - Assessoria para Assuntos de Engenharia e Arquitetura

Membros:

Engenheiro Civil	: João Augusto Demaria da Silveira
Arquiteta	: Valesca Menezes Marques
Técnico em Agrimensura	: Nazário Espíndola
Técnico em Agrimensura	: Odimilson Martins
Técnico em Agrimensura	: Marcelo Zulmar da Silva
Assistente Técnico (desenhista)	: Luiz Ari Bittencourt
Auxiliar Técnico	: Alcides Manoel da Silva

4.5.6 – Assessoria Previdenciária

Membro:

Advogada: Andréa Cristine Krause

5 - ATIVIDADES DA SECRETARIA EXECUTIVA

A Secretaria Executiva da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis é o órgão responsável pela execução dos serviços administrativos da Associação pela coordenação das Assembléias Gerais, assessoramento aos técnicos municipais durante os trabalhos do Movimento Econômico, despacho e recebimento de correspondências, participação em eventos, além de contatos com órgãos Estaduais e Federais, visando o atendimento às solicitações dos Senhores Prefeitos Municipais e aos interesses da Associação.

No decorrer do exercício foram expedidos 745 ofícios e despachados 1.054 expedientes recebidos, extraídas 143.714 fotocópias, atendendo a todos os Municípios Associados.

5.1 - ASSEMBLÉIAS GERAIS

A Assembléia Geral da Associação dos Municípios é constituída pelos Prefeitos Municipais, Vice-Prefeitos, Presidentes de Câmaras Municipais, ou seus representantes, devidamente credenciados.

É órgão soberano em suas decisões e, quando Ordinária, reúne-se mensalmente, na sede de um dos Municípios associados e Extraordinária, realizada sempre que houver matéria urgente a ser deliberada, por iniciativa do Presidente, ou a pedido de 1/3 dos Associados.

5.2 - ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIAS

No presente exercício foram realizadas 05 (cinco) Assembléias Gerais Ordinárias, com a participação de autoridades convidadas e a presença de Prefeitos Municipais, Vice-Prefeitos, Presidentes de Câmaras Municipais e Vereadores, das quais segue um relato sucinto:

1ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

SÃO JOSÉ 02.03.01

Assembléia Geral Ordinária presidida pelo Prefeito Municipal de Anitápolis, Antão Antônio David, Presidente da Associação, realizada nas dependências do Centro de Eventos do Shopping Itaguaçu em São José, para a eleição e posse da nova Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal para o período de 1 (um) ano, tendo sido eleitos por aclamação e empossados os Senhores: Presidente: Geraldo Pauli, Prefeito Municipal de Antônio Carlos; 1º Vice-Presidente: Paulo Roberto Vidal, Prefeito Municipal de Palhoça; 2º Vice-Presidente: Sérgio Biasi Silvestri, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner; Conselho Fiscal – Membros Titulares: Nelson Isidoro da Silva, Prefeito Municipal de Santo Amaro da Imperatriz; Lourival dos Santos, Prefeito Municipal de Major Gercino e Nirdo Arthur da Luz, Presidente da Câmara Municipal de Palhoça. Membros Suplentes: Jair Sebastião Amorim, Prefeito Municipal de São João Batista; Ailton Laudelino Andrade, Prefeito Municipal de Angelina e Evaldo Silva, Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes.

Na oportunidade foram apresentados o Relatório Geral de Atividades e a Prestação de Contas do exercício de 2000, com as considerações do Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco, que contou com a colaboração do Assessor Técnico Economista José Ademir Deschamps, obtendo aprovação unânime do plenário, após a leitura dos principais tópicos e do parecer exarado do Conselho Fiscal da entidade municipalista.

Também foi apresentada a Proposta Orçamentária da Associação para o exercício de 2001, que mereceu aprovação por unanimidade.

Participou da reunião na condição de palestrante convidado o Doutor João Fernando Andersen, representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, que apresentou os Índices de Desenvolvimento Social, dos Municípios do Estado e de modo especial da Região da

Grande Florianópolis, que foram detalhados, com o uso de transparências e gráficos, causando muita curiosidade e polêmica quanto aos números apresentados em alguns Municípios Associados.

Prestigiaram o evento o Deputado Federal Edison Andrino de Oliveira, os Deputados Estaduais, Lício Mauro da Silveira, João Henrique Blasi e Afrânio Boppré, Vereadores de São José e todo o Secretariado do Município sede do evento, Senhora Marli Marçal, Presidente da CEASA, Engenheiro Valentim Borgonovo, Chefe da Agência Regional da CELESC, Coronel Walmir Cabral, representante do Comando Geral da Polícia Militar de Santa Catarina.

Na ocasião foi assinado convênio de cooperação técnica entre a Associação de Municípios e a Associação de Ensino Superior de Santa Catarina – ASSESC, visando a realização do Curso Superior de Administração, com habilitação em Gestão de Cidades.

2ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

LEOBERTO LEAL - 08.06.01

Assembléia Geral Ordinária realizada nas dependências da Câmara Municipal de Leoberto Leal, presidida pelo Prefeito Geraldo Pauli, de Antônio Carlos, contando com a presença do Deputado Estadual Odacir Zonta, Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural que foi o palestrante do dia.

Foram registradas as presenças do Deputado Estadual Rogério Mendonça, do Coronel Walmir Cabral, representando o Comando Geral da Polícia Militar de Santa Catarina, Carlos Hoegen e Gervásio Maciel, respectivamente Prefeito e Vice-Prefeito de Ituporanga, Senhora Marli Marçal, Presidente da CEASA, Engenheiro Agrônomo Norberto Kretzer, Diretor Técnico da CEASA, Engenheiro Agrônomo José Carlos Vieira Dal Pont, Gerente Regional da EPAGRI e dos ex-Prefeitos de Leoberto Leal Azizo Flores da Cunha e Waldir Gorges Alves, sendo justificada a ausência do Deputado Estadual Afrânio Boppré, em viagem ao exterior.

3ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

MAJOR GERCINO - 27.07.01

Assembléia Geral Ordinária realizada nas dependências do Paço Municipal de Major Gercino, sendo presidida pelo Prefeito Municipal de Antônio Carlos, Geraldo Pauli, tendo como convidado especial o Deputado Federal Leodegar Tiscoski, Secretário de Estado dos Transportes e Obras, palestrante do dia.

Foram registradas as presenças dos Senhores: Coronel Walmir Cabral, representando o Comando Geral da Polícia Militar de Santa Catarina, Economista José Ademir Deschamps, representando o Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado, Engenheiro Agrônomo, José Carlos Vieira Dal Pont, Gerente Regional da EPAGRI, Engenheiro Civil Pedro Paulo Tridapalli, representante do Chefe da Agência Regional da CELESC na Grande Florianópolis, Engenheiro Civil Sidney Marin, Chefe da Regional do DER em Brusque, médico veterinário Beno Fillipe, Gerente Regional da CIDASC e dos ex-Prefeitos de Major Gercino, Delbrantino Gerônimo Albanaes e Nésio Delagnelo

4ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

PAULO LOPES – 19.10.01

Assembléia Geral Ordinária realizada nas dependência do Salão Paroquial de Paulo Lopes, sendo presidida pelo Prefeito Municipal de Antônio Carlos, Geraldo Pauli e tendo como palestrante convidado o Secretário de Estado da Saúde, Doutor João José Cândido da Silva.

Prestigiaram a reunião os Senhores: Deputado Estadual Lício Mauro da Silveira, Coronel Eliesio Rodrigues, representante do Comando Geral da Polícia Militar de Santa Catarina, Silvio Faversani, Coordenador da 18ª Regional de Saúde, Engenheiro Agrônomo José Carlos Vieira Dal Pont, Gerente Regional da EPAGRI e representantes da Secretaria de Estado da Família, Habitação e Desenvolvimento Social;

Na oportunidade foi registrado com pesar o falecimento do ex-Prefeito de Santo Amaro da Imperatriz, Melquíades Mansur Elias, o "seu" Chida.

5ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

FLORIANÓPOLIS – 14.12.01.

Assembléia Geral Ordinária realizada nas dependências do Auditório do Escritório Central da EPAGRI, em Itacorubi, Florianópolis, sendo presidida pelo Prefeito Municipal de Antônio Carlos, Geraldo Pauli.

Foram registradas as presenças do Engenheiro Agrônomo José Carlos Vieira Dal Pont, palestrante do dia, do Doutor Gilmar Jacobowiski, Diretor Técnico da EPAGRI, do Doutor Leo Krot, Gerente Estadual de Planejamento da EPAGRI.

O Gerente Regional da EPAGRI, Engenheiro Agrônomo José Carlos Vieira Dal Pont, apresentou o relatório das atividades desenvolvidas pela EPAGRI no decorrer de 2001 na Grande Florianópolis e também o planejamento para o exercício de 2002, finalizando com a apresentação de vídeo-institucional da Empresa.

Na oportunidade o Presidente fez um relato da sua viagem a Brasília enfatizando a necessidade da união de esforços junto a FECAM e a Confederação Nacional de Municípios para possibilitar novas conquistas por parte dos municípios brasileiros.

O Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco e o Contador Gilberto Brasil, apresentaram a Proposta Orçamentária da Associação para o exercício, no montante de R\$ 1.119,800,00 (um milhão, cento e dezenove mil e oitocentos reais) que submetida ao plenário foi aprovada na íntegra e por unanimidade.

5.3 - ASSEMBLÉIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS

No presente exercício, foram realizadas 03 (três) Assembléias Gerais Extraordinárias, todas nas dependências do Auditório Prefeito Acácio Garibaldi São Thiago, na sede da Associação dos Municípios, nos dias 20 de abril, 29 de junho e 30 de novembro respectivamente para tratar de assuntos do mais alto interesse do Municipalismo da Região.

TABELA DA FREQUÊNCIA ÀS ASSEMBLÉIAS GERAIS
USUÁRIOS/GRANF/PASTAS/RELAT1.XLS

GRÁFICO DA FREQUÊNCIA ÀS ASSEMBLÉIAS GERAIS
USUÁRIOS/GRANF/PASTAS/RELAT1.XLS

5.4 - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

5.4.1 – REUNIÃO PARA INDICAÇÃO DOS PREFEITOS MUNICIPAIS CONSELHEIROS DA REGIÃO METROPOLITANA

Evento realizado na sede da Associação no dia 29 de janeiro de 2001 para atendendo solicitação da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – CODESC, órgão gestor das Regiões Metropolitanas para indicar os Prefeitos que integrarão o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana, tendo sido indicados os Prefeitos Dário Elias Berger, de São José e Jair Sebastião Amorim de São João Batista..

5.4.2 – ENCONTRO DE SECRETÁRIOS EXECUTIVOS DE ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Evento realizado nos dias 20, 21 e 22 de fevereiro no Hotel Fazenda Santo Antônio em Massaranduba (AMVALI) tendo como assuntos principais:

- Cartografia, Geoprocessamento e PNAFM
- Movimento Econômico e PRODEC
- Fortalecimento da FECAM e das Associações de Municípios.

5.4.3 – REUNIÃO PARA INDICAÇÃO DOS VEREADORES CONSELHEIROS DA REGIÃO METROPOLITANA

Realizada na sede da Associação no dia 06 de fevereiro para atendendo solicitação da Companhia do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – CODESC, órgão gestor das Regiões Metropolitanas, escolher os Vereadores que integrarão o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana, tendo sido indicados os Vereadores, Salézio Effting e Edson França da Rocha, respectivamente Presidente das Câmaras Municipais de Anitápolis e São Pedro de Alcântara.

5.4.4 – IIº CICLO DE ESTUDOS DE AUDITORIA SOBRE MOVIMENTO ECONÔMICO

Realizado na cidade de Araranguá, sede da AMESC (Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense) no período de 07 a 09 de março de 2001, com a participação dos técnicos das Associações e da Secretaria de Estado da Fazenda.

A Associação esteve representada pelo Contador Luiz Antônio Gerardi, responsável pela área de Movimento Econômico/DIEF.

5.4.5 – CURSO “PLANEJAMENTO MUNICIPAL”

Realizado no Hotel Castelmar em Florianópolis nos dias 12 e 13 de março de 2001, e ministrado pelos Contadores José Ademir Deschamps, da GRANFPOLOS e Eládio Tambosi, da AMAVI, contou com a presença de 80 (oitenta) participantes sendo: Contadores, Administradores, Assessores Jurídicos Contabilistas, Vereadores, etc.

Os temas tratados foram Plano Plurianual – PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Orçamento Anual – LOA.

5.4.6 – Iº SEMINÁRIO ESTADUAL PARA PREFEITOS, VICE-PREFEITOS, VEREADORES E ASSESSORES MUNICIPAIS

Evento realizado nos dias 15 e 16 de março em Balneário Camboriú (AMFRI) numa promoção da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, com o apoio da Associação dos Municípios.

Os temas abordados na ocasião foram os seguintes:

- “Gestão Municipal e Modernidade: Cidadania, Ética, Qualidade e Desenvolvimento”.
- Desenvolvimento Regional e Parcerias”.
- Competências Administrativas: Revisão do Pacto Federativo.
- Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Receitas Públicas: transferências constitucionais e receita própria.
- Integração Nacional e Desenvolvimento Regional.

O Presidente da Confederação Nacional de Municípios Paulo Ziulkoski presente ao evento conclamou os presentes a tomarem parte da Marcha à Brasília em Defesa dos Municípios nos dias 3,4 e 5 de abril, apresentando a pauta de reivindicações que será discutida no evento.

Paralelamente ao Seminário foi realizada a 1ª EXPO-FECAM, exposição e feira de produtos e serviços destinados aos diversos segmentos da administração pública.

Durante o evento o Secretário Executivo da Associação Miguel Augusto Forbeck Faraco, ex-Secretário da FECAM, foi homenageado com a entrega do Diploma de Mérito Municipalista pelos seus 20 anos de serviços prestados à FECAM.

Ao final do Seminário ocorreu a posse da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da FECAM para o período março/2001 a março/2002, sendo capitaneada pelo Prefeito Municipal de Zortéa Alcides Mantovani.

Participaram do evento representando a Associação o Presidente Geraldo Pauli e o Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco, que se fizeram acompanhar dos Prefeitos: Ailton Laudelino Andrade de Angelina; Lourival dos Santos, de Major Gercino; Paulo Exterkoetter de São Bonifácio; Vilmar Astrogildo de Souza, de Biguaçu; Elmar Antônio Thiesen, de Águas Mornas; Quirino Juvêncio Lopes, de Garopaba; Uilson Sgrott, de Tijucas; Dário Elias Berger de São José e Ângela Regina Heinzen Amin Helou de Florianópolis.

5.4.7 – CURSO “ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL NO SERVIÇO PÚBLICO”.

Realizado no Hotel Castelmar em Florianópolis nos dias 22 e 23 de março de 2001, ministrado pelo professor Orivaldo Guimarães de Paula Filho, do Instituto Brasil de Administração Municipal – IBRAP de São Paulo, o evento contou com a participação de 52 técnicos das Prefeituras da Região, sendo abordados os seguintes temas:

- O Atual Ambiente Institucional Brasileiro e os Municípios
- Princípios Constitucionais da Administração Pública
- Servidores Públicos
- Recrutamento, Seleção, Admissão e Contratação de Pessoal
- Estágio Probatório
- Contrato de Experiência
- Cargos e Empregos em Comissão
- Contratação por Tempo Determinado
- Disponibilidade Remunerada
- Acumulação de Cargos, Empregos e Funções Públicas
- Direito de Vantagens
- Regime Disciplinar
- Processo de Desligamento do Servidor Público
- Como Reduzir as Despesas com Pessoal

5.4.8 – “MARCHA À BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS”.

Realizada nos dias 03 a 05 de abril de 2001, sob a coordenação da Confederação Nacional de Municípios, contou a participação de 31 representantes da Grande Florianópolis dentre, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e Secretários Municipais e técnicos da Associação.

Na ocasião foram tratados assuntos do mais alto interesse dos Municípios Brasileiros podendo-se destacar os seguintes:

- Iluminação Pública
- Saneamento Financeiro Municipal
- Previdência Social
- Lei de Responsabilidade Fiscal
- Devolução do FEF
- Inspeção Veicular
- Financiamento c/ isenção de IPI e ICMS para máquinas e equipamentos
- Reforma Tributária.

O evento foi realizado no auditório Petrônio Portela no Senado Federal e contou com mais de 2.500 participantes.

5.4.9 – “AGENDA 21”

Reunião realizada no auditório da Associação Catarinense de Engenheiros (ACE) em Florianópolis no dia 05 de abril de 2001, para tratar da elaboração da Agenda 21 do Município de Florianópolis e apresentar subsídios para a Agenda 21 da Região da Grande Florianópolis.

A Associação esteve representada pela Arquiteta Urbanista Valesca Menezes Marques.

5.4.10 – “SEMINÁRIO MUNICIPAL DE MUNICIPALIZAÇÃO DO TRÂNSITO” – O QUE OS MUNICÍPIOS PRECISAM SABER SOBRE O NOVO CÓDIGO DE TRÂNSITO.

Realizado nos dias 17, 18 e 19 de abril nas dependências do Hotel Plaza São Rafael em Porto Alegre- RS, numa promoção da FAMURS, DETRAN/RS, com o apoio do Ministério dos Transportes e do DENATRAN.

A Associação esteve representada no referido evento pelo Assessor Jurídico Waldir Gorges Alves.

5.4.11 – CURSO “ ABC DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS e LEI DOS CRIMES FISCAIS”

Evento realizado nos dias 09 e 10 de maio (GRUPO I) e 10 e 11 (GRUPO II) com 12 horas aula cada sendo ministrado pelo professor Benedicto Tolosa Filho, do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBRAP, autos de várias obras sobre os assuntos abordados:

Participaram do evento no Grupo I, 42 técnicos municipais e no Grupo II, 44 técnicos dos municípios filiados.

O evento foi realizado nas dependências do Hotel Castelmar e os temas abordados foram os seguintes:

- A Licitação como Instrumento para Contratar Obras, Serviços Bens e Alienações
- Princípios Constitucionais
- Princípios Gerais da Licitação
- A Licitação como Ato Administrativo
- A Abertura do Procedimento
- O Objeto da Licitação e as Normas da ABNT

- Bens de Natureza Divisível
- Serviços Terceirizados
- O Fracionamento da Licitação
- As Reservas de Dotação Orçamentária
- As Modalidades de Licitação
- A Nova Modalidade Pregão (Medida Provisória 2.026)
- Tipos de Licitação
- Técnicas para a Elaboração do Edital e do Instrumento e Convite
- Parecer Jurídico
- A Comissão de Julgamento de Licitação
- Fases da Licitação
- Publicidade dos Atos da Licitação e Possibilidade de Dispensar a Publicação em Órgãos de Imprensa Oficial
- Adjudicação do Objeto da Licitação
- Homologação do Procedimento Licitatório
- Revogação e Anulação da Licitação
- Impugnação aos Termos do Edital
- Recursos Administrativos
- A Lei de Responsabilidade Fiscal
- A Lei dos Crimes Fiscais

5.4.12 – “IXº ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ANPUR”

Evento realizado no Rio de Janeiro no período de 28 de maio a 01 de junho, tendo a participação da Arquiteta e Urbanista Valesca Menezes Marques da Associação, que apresentou trabalho em forma de pôster intitulado “ O Associativismo Municipal em Santa Catarina”, posteriormente publicado na Revista de Administração Municipal – Municípios do IBAM, nº 231, set/out de 2001.

5.4.13 – MESA REDONDA “INTEGRAÇÃO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS AOS SISTEMAS DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS SOB O REGIME DE CAPITALIZAÇÃO”

Evento realizado na cidade de São Paulo, Capital, numa promoção do Instituto Cultural de Seguridade Social – ICSS, no dia 01 de junho de 2001, tendo abordado os seguintes temas:

- Motivação para a Implementação dos Regimes Próprios de Previdência
- Reorganizando os Regimes Próprios de Previdência
- Procedimentos, Custos Envolvidos e Ferramentas (SiPrev) e Custeio do Processo de Implementação dos Regimes Próprios para Estados e Municípios
- Mecanismos de Capitalização dos Regimes já Adotados Royalties, receitas de privatização, imóveis, aumento de alíquotas e outras formas de capitalização possíveis (recebíveis, ações de empresa privatizadas, recursos de privatizações)
- Experiências já Implementadas
- A Paraná Previdência
- O Futuro dos Regimes Próprios: a Capitalização Parcial (fundos dos atuais servidores) e a Capitalização Plena (os novos fundos de pensão para servidores públicos)

Participaram do evento na condição de palestrante vários representantes do Ministério da Previdência Social.

A Associação esteve representada pelo Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco e pela Assessora Previdenciária, Advogada Andréa Cristine Krause, que estiveram acompanhados pelos Diretores dos Institutos de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Biguaçu, São João Batista, São Pedro de Alcântara e dos contadores das Prefeituras de Angelina, São Pedro de Alcântara, do Vereador de Biguaçu, Manoel Airton Pereira e do atuário Altair Hoeppers.

5.4.14 – SEMINÁRIO REGIONAL “POR UMA POLÍTICA PARA O TRANSPORTE URBANO”

Evento realizado no dia 26 de julho de 2001 no Centro de Convenções CENTROSUL em Florianópolis, promovido pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, com o apoio da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Na ocasião foram abordados os seguintes temas:

- Melhoria da Qualidade do Transporte Coletivo Urbano
- Redução dos Impactos Negativos Sociais, Econômicos e Ambientais das Viagens Urbanas
- Modernização das Relações Institucionais – Órgãos Gestores e Empresas Operadoras.

O Ministro Ovídio Antônio de Angelis da SEDU/PR prestigiou o evento, juntamente com o Governador do Estado e a Prefeita Ângela Regina Heinzen Amin Helou, sendo a Associação representada pelo Engenheiro Civil João Augusto Demaria da Silveira.

5.4.15 – TREINAMENTO PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICITAÇÕES E COMPRAS

Evento realizado na sede da Associação no dia 27 de junho de 2001, com a participação dos técnicos da Associação e da Betha Sistemas Ltda.

Tomaram parte do treinamento técnicos de 14 Municípios da Região.

5.4.16 – CURSO SOBRE PAVIMENTOS INTERTRAVADOS COM BLOCOS DE CONCRETO

Realizado nas dependências do Centro de Eventos do Hotel Castelmar, Florianópolis, nos dias 17 e 18 de julho de 2001, uma promoção da Associação Brasileira de Cimento PORTLAND.

A Associação se fez representar no evento pelo Engenheiro Civil João Augusto Demaria da Silveira.

5.4.17 – REUNIÃO COM DIRETORES EXECUTIVOS DOS INSTITUTOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

Evento realizado na sede da Associação no dia 17 de julho de 2001, coordenado por Dra. Andréa Cristine Krause, Assessora Previdenciária da Associação, que transmitiu informações necessárias para o bom desempenho dos Institutos e providências a serem adotadas para atender inúmeras exigências do Ministério da Previdência.

Participaram do evento Diretores Executivos, Assessores, Técnicos Municipais e o Secretário Executivo da Associação, Miguel Augusto Forbeck Faraco.

5.4.18 – ENCONTRO ESTADUAL DE SECRETÁRIOS EXECUTIVOS DE ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA

Evento realizado nos dias 18 e 19 de junho de 2001, nas dependências do Hotel Renar, em Fraiburgo (AMARP) para tratar dos seguintes temas:

- Treinamento de servidores municipais, definição dos cursos a serem realizados;
- Portal dos Municípios e Sistema SIPREV
- Movimento Econômico e ICMS Ecológico
- Cartografia, Geoprocessamento, Software e Gestão Ambiental
- Linhas de Crédito – BRDE e Programa PMAT.

A Associação esteve representada por seu Secretário Executivo, Miguel Augusto Forbeck Faraco.

5.4.19 – Iº SEMINÁRIO ESTADUAL DE SOLUÇÕES PARA PREFEITURAS – “PREVIDÊNCIA PRIVADA E FINANCIAMENTO BNDES”

Evento realizado na sede da FIESC em Florianópolis, no dia 20 de junho de 2001 com abordagem dos seguintes temas:

- Experiência na Gestão e Administração de Previdência Privada – A Importância do Regime Próprio de Previdência;
- Administração e Controladoria de Ativos Previdenciários – Tecnologia de Gestão Administrativa e Controladoria da DREIFU/PREVISIC;
- Estudo e Elaboração de Diagnóstico Administrativo, Orçamentário, Financeiro e Tributário para a Prefeitura Municipal – Projeto de Modernização da Instituição;
- Opções de Investimentos para Fundos de Previdência.

Representaram a Associação o Presidente Prefeito Geraldo Pauli, Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco e a Advogada Andréa Cristine Krause, Assessora Previdenciária, que se fizeram acompanhar de Diretores Executivos dos Institutos de Previdência dos Servidores Municipais da Região.

5.4.20 – CURSO “NOÇÕES DE TÉCNICAS E PROCESSO LEGISLATIVO

Nos dias 02 e 03 e 09 e 10 de agosto de 2001, tendo como local a sede da Associação foram ministrados pelo Assessor Jurídico da Associação Advogado Waldir Gorges Alves, que abordou os seguintes temas:

- O Município na Federação Brasileira
 - Os Poderes Municipais
 - Competência do Município
 - O Poder Legislativo Municipal
 - O Vereador
 - A Câmara Municipal – suas funções
 - O Regimento Interno
 - O Plenário
 - A Mesa Diretora
 - As Comissões Permanentes
- Atos Legislativos
 - A Lei. Conceito. Características. Estrutura. Espécies. Regras de Elaboração
 - A Lei Orgânica – Emenda à Lei Orgânica
 - A Lei Complementar
 - A Lei Ordinária (medida provisória)
 - O Decreto - Legislativo
 - A Resolução
 - A Lei que ensina a fazer leis (Lei Complementar Nº 95, de 26.02.98 – DOU 27.02.98)
- Processo Legislativo
 - A Iniciativa
 - A Tramitação pelas Comissões
 - Emenda (mensagem aditiva)
 - Discussão
 - Votação (maioria simples, maioria absoluta, dois terços)
 - Sanção
 - Veto
 - Promulgação
 - Vigência

Participaram dos eventos 77 técnicos de Prefeituras e Câmaras Municipais dos 22 (vinte e dois) Municípios filiados.

5.4.21 – “SEMINÁRIO DE ATUALIZAÇÃO MUNICIPAL” MINERAÇÃO, ISENÇÃO DE ICMS, SANEAMENTO, MEIO AMBIENTE E USO DO SOLO URBANO

Evento realizado nos dias 19, 20 e 21 de agosto em Gramado, numa promoção da Confederação Nacional de Municípios e apoio da FAMURS e FECAM.

A Associação esteve representada pelo Prefeito de Antônio Carlos, Geraldo Pauli – Presidente, pelo Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco que se fizeram acompanhar pelos Prefeitos Municipais: Ailton Laudelino Andrade, de Angelina; Edson Flores da Cunha de Leoberto Leal; Lourival dos Santos de Major Gercino; Jair Sebastião Amorim de São João Batista; Salézio Zimmermann de São Pedro de Alcântara; Mério César Goedert de Rancho Queimado e Vilmar Astrogildo de Souza de Biguaçu, além do Vice-Prefeito de São Pedro de Alcântara Dionísio Pauli e do Secretário de Finanças de Biguaçu, Júlio César Freitas e do Assessor da Procuradoria junto ao Tribunal de Contas do Estado, Economista José Ademir Deschamps.

5.4.22 – “XV CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO” EM CURITIBA - PR

Evento realizado no período de 22 a 24 de agosto de 2001, uma promoção do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo, tendo por local o Centro de Convenções de Curitiba, ocasião em que foram abordados os seguintes temas:

- Controle da Administração Pública pela Sociedade
- Controle Judicial e Serviços Públicos
- Controle Externo e a Lei de Responsabilidade Fiscal
- Aspectos Polêmicos do Direito Administrativo
- Controle da Constitucionalidade e Administração Pública
- Servidores Públicos Sob Controle – Questões Concretas
- Controle dos Serviços Públicos e Agências Reguladoras
- Controle da Atividade Econômica
- Processo Administrativo e Controle

Encerrando o evento a Palestra do Renovado Professor Celso Antônio Bandeira de Mello sobre o Controle da Discricionariedade da Administração Pública.

O Professor da Universidade Federal de Santa Catarina Paulo Blasi participou como painelistas sobre o tema Processo Administrativo e Controle.

Representou a Associação o Secretário Executivo Miguel Augusto Forbeck Faraco.

5.4.23 – REUNIÃO COM O GOVERNADOR DO ESTADO

Reunião realizada no dia 13 de setembro de 2001, no auditório do Fórum da Comarca de São José, ocasião em que foram apresentadas pela Associação reivindicações regionais e pelos Prefeitos Municipais as reivindicações locais.

Na oportunidade o Presidente da Associação Prefeito Geraldo Pauli entregou ao Governador do Estado o Ofício Nº 208/01 onde foram listadas as seguintes reivindicações regionais em ordem de prioridade:

- 1) Saneamento Ambiental
 - Levantamento aerofotogramétrico
 - Soluções conjuntas para os Problemas do Lixo, Abastecimento de Água e Preservação de Mananciais
 - Contenção de Cheias
- 2) Acesso Asfáltico aos Municípios da Área de Expansão Metropolitana
- 3) Sistema Integrado de Transporte Coletivo, incluindo o Transporte Hidroviário
- 4) Manutenção das Agências Pioneiras do BESC.

Estiveram presente ao evento os Prefeitos Municipais de 20 (vinte) Municípios da Região, que se fizeram acompanhar pelos Vice-Prefeitos, Presidentes de Câmaras Municipais e Vereadores.

5.4.24 – “JORNADA SOBRE O ESTATUTO DA CIDADE”

Evento realizado no dia 18 de setembro de 2001, no auditório da FIESC, numa promoção da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Previdência da República e da Caixa Econômica Federal.

Representaram a Associação no evento o Assessor Jurídico Waldir Gorges Alves e a Arquiteta e Urbanista Valesca Menezes Marques.

5.4.25 – SEMINÁRIO NACIONAL “O CONTROLE INTERNO E GESTÃO DE CUSTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA”

Evento realizado nos dias 20 e 21 de setembro no auditório do Hotel Porto da Ilha, promovido pelo Centro de Estudos Tecnológicos de Administração Pública – CETEM.

Na ocasião foram abordados os seguintes temas:

- Controle Interno: A Apropriação de Despesas como pré requisito para um Sistema de Custeamento na Administração Pública.
- O Controle Interno na Administração Pública: Premissas e Desafios.
- O Controle de Custos na Administração Pública, sob o enfoque do Princípio Constitucional da Eficiência.
- As Iniciativas do Governo Federal para Implementação do Sistema de Custos e Instituição do Controle Interno na Administração Pública.
- Experiência Prática do Samae de Blumenau (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto) na Implantação no Sistema de Custos.
- A Experiência do CECOP – Centro de Consultoria Pública – na implementação dos Sistemas de Controle Interno nas Prefeituras.

A Associação esteve representada no evento pelo Contador Gilberto Brasil, Chefe da Assessoria Contábil, Administrativa e Financeira.

5.4.26 – SEMINÁRIO INTERNACIONAL “COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL E ASSOCIATIVISMO: CAMINHOS PARA AS ESFERAS SUBNACIONAIS DE GOVERNO”

Evento realizado nos dias 25 e 26 de setembro no Centro de Convenções do Manhattan Plaza Hotel em Brasília, numa promoção da Secretaria de Estado de Assuntos Federativos da Presidência da República, da Associação Brasileira de Municípios e da Fundação Konrad Adenauer.

Os temas abordados foram os seguintes:

- O papel dos municípios e estados brasileiros na construção de um pacto federativo de tipo cooperativo
- O município hoje e a cooperação intermunicipal: uma avaliação situacional da realidade local no Brasil
- Experiências internacionais de Cooperação Intermunicipal: os casos da Alemanha e da Argentina
- Landkreis e a cooperação intermunicipal na Alemanha: fator estratégico para prática do princípio da subsidiariedade
- As instituições de cooperação intermunicipal na Argentina e a experiência da Província de Córdoba
- Cooperação intermunicipal na gestão de políticas sociais e do desenvolvimento regional
- Consórcios municipais trans-estaduais e o desenvolvimento socioeconômico regional no marco das bacias hidrográficas
- As políticas descentralizadas de educação e saúde no Brasil: áreas potenciais para cooperação intermunicipal

- Experiências concretas de cooperação intermunicipal na gestão de políticas de infraestrutura urbana
- Habitação, abastecimento e saneamento: espaços e limites para ação intermunicipal no marco das privatizações
- Desenvolvimento urbano e estatuto da cidade: estratégias Intermunicipais para as políticas de planejamento e gestão urbana
- Os marcos político e institucional das experiências de Cooperação Intermunicipal no Brasil
- Elementos institucionais decisivos para o êxito de iniciativas de Cooperação Intermunicipal: o caso de São Paulo
- A experiência dos Consórcios Intermunicipais no estado de Minas Gerais e os caminhos para sua institucionalização
- Aspectos jurídicos e legais da cooperação intermunicipal
- A Constituição Federal e a institucionalização da cooperação intermunicipal: situação atual e possibilidades reais
- Alternativas para a institucionalização dos Consórcios Intermunicipais no estado do Ceará
- Papel das Associações de Municípios no fortalecimento institucional: estratégias em prol da cooperação intermunicipal
- As Associações de Municípios da América Latina e a cooperação intermunicipal: definindo princípios e propostas para região
- As Associações de Municípios no Brasil: propostas concretas em favor das iniciativas de cooperação intermunicipal.

Na ocasião foram lançados os livros: **“Federalismo na Alemanha e no Brasil”** e **“Consórcio Municipal no ABC”**.

A Associação esteve representada por Valesca Menezes Marques, Arquiteta e Urbanista.

5.4.27 - Iº SEMINÁRIO ESTADUAL SOBRE O ESTATUTO DAS CIDADES E USO DO SOLO URBANO

Evento realizado no Centro de Convenções: CENTROSUL em Florianópolis no dia 07 de novembro, numa promoção da FECAM – Federação Catarinense de Municípios, como parte integrante do HABITAT BRASIL 2001 e tratou dos seguintes temas:

- As Redes de Infraestrutura Aéreas e Subterrâneas e a Relação com o Poder Local
- Políticas em Saneamento Público e Ambiental PI nº 4147, Investimentos Públicos e Privados
- Estatuto das Cidades – Gestão de Políticas Públicas em Planejamento Urbano
- Estatuto das Cidades, Planejamento, Desenvolvimento e Cooperação Intermunicipal
- Legislação Urbanística: Evolução e Perspectivas
- O Plano Diretor e o Estatuto das Cidades: Novos Desafios.

A Associação esteve representada no evento por Valesca Menezes Marques – Arquiteta e Urbanista.

5.4.28 – CURSO “COMO AUMENTAR A ARRECADAÇÃO MUNICIPAL”

Realizado no período de 05 a 09 de novembro, tendo por local o Centro de Eventos do PRAIA-TUR HOTEL em Ingleses – Florianópolis, o evento contou com as presenças de 57 técnicos de 21 (vinte e uma) Prefeituras Municipais da Região e da Associação que trataram dos seguintes temas:

- Sistema Tributário Nacional
- Normas Gerais de Direito Tributário Segundo Código Tributário Nacional
- Impostos Municipais
- Taxas e Contribuições
- Administração da Dívida Ativa

O curso foi ministrado pelos especialistas no assunto Senhores Marcelo Luz Filomeno e Hélio César Bairos e pela Senhora Hélia A. da Silva Adriano

5.4.29 – ENCONTRO ESTADUAL DE SECRETÁRIOS EXECUTIVOS DE ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA

Evento realizado nos dias 08 e 09 de outubro no Hotel Sandri – Termas da Guarda em Tubarão (AMUREL) para tratar dos seguintes temas:

- Projeto Gestão da Informação e Desenvolvimento Tecnológico: Rede FECAM (Página e Banco de Informações) e Associações
- Projeto Programa de Capacitação de Agentes Políticos e Servidores Públicos Municipais
- Planos e Projetos de Desenvolvimento Regional: Cartografia, Geo Processamento – Diagnóstico e ação para Contratação dos Produtos
- ICMS Ecológico

Na ocasião foram definidos as realizações de Estudos para Elaboração de um Modelo de Código Tributário Municipal e do Congresso de Direito Administrativo.

5.4.30 – XXXIII PROGRAMA BRASIL MAIAMI DE POLÍTICA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EDUCAÇÃO E SAÚDE”

Realizado em Miami/EUA no período de 12 a 16 de novembro de 2001, abordando os temas: O Sistema Escolar, o Sistema de Casas Populares, o Sistema de Segurança Pública, o Sistema de Orçamento e Finanças, o Sistema de Obras Públicas, o Sistema de Limpeza Urbana, o Sistema de Justiça dos Estados Unidos, o Sistema Legislativo, o Sistema de Planejamento Urbano e o Sistema do Meio Ambiente.

O evento contou com palestras ministradas por especialistas em cada uma das áreas e com visitas técnicas acompanhadas por técnicos da respectiva área.

Participaram do evento o Presidente Geraldo Pauli, Prefeito Municipal de Antônio Carlos e o Secretário Executivo, Miguel Augusto Forbeck Faraco.

5.4.31 – “4º CICLO DE ESTUDOS DE CONTROLE PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL”

Evento realizado nos dias 10 e 11 de dezembro no Auditório do Tribunal de Contas do Estado em Florianópolis uma promoção do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, com o apoio da FECAM e das Associações de Municípios para tratar dos seguintes temas:

- Lançamento do Guia da Lei de Responsabilidade Fiscal: A Visão do TCE/SC;
- A atuação do TCE/SC no controle do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal: LRF-NET, Certidões, Instruções Normativas e ACP.
- Informações sobre consultas ao TCE/SC: dúvidas mais frequentes formuladas pelos Municípios em 2001.

Participaram do evento representando a Associação o Presidente Geraldo Pauli, o Secretário Executivo e os Assessores: Advogado Waldir Gorges Alves e Contador Gilberto Brasil.

5.5 - MOVIMENTO ECONÔMICO

No o exercício de 2001 realizamos reuniões com os técnicos das Prefeituras Municipais responsáveis pelos trabalhos referentes ao levantamento do Movimento Econômico, para orienta-los sobre os procedimentos relativos a distribuição dos disquetes contendo o programa de preenchimento das DIEF's e, quanto ao encaminhamento à Secretaria da Fazenda, via INTERNET, modernizando assim todo o sistema de transmissão de dados e agilizando o processamento e a análise das informações.

A Associação através do Secretário Executivo ou de seu Suplente, integrantes do Grupo de Trabalho instituído por Portaria do Secretário de Estado da Fazenda, participou de todas as reuniões e treinamentos para as análises dos valores apresentados pelos Municípios Catarinenses, fixando ao final os índices de retorno do ICMS para o exercício de 2002.

O Contador Luiz Antônio Gerardi, participou do II Ciclo de Estudos de auditoria sobre Movimento Econômico, realizado nos dias 07, 08 e 09 de março na cidade de Araranguá, tendo por local a sede da AMESC.

A Associação prestou assessoria aos Municípios na fase de elaboração dos recursos em 1ª e 2ª Instância, tendo obtido sucesso total em alguns e parcial em outros, o que sem nenhuma dúvida propiciou um melhor índice de retorno aos Municípios.

Podemos afirmar que todo o esforço desenvolvido pela Associação e pelos Municípios surtiu efeito positivo pois, após dois anos de queda no índice da região, obtivemos um crescimento maior que 13 outras co-irmãs, mantendo o 3º lugar na classificação geral do Estado, dentre as 21 (vinte e uma) Associações de Municípios, conforme pode se depreender dos quadros a seguir:

TABELA - GRANF/PASTAS/RELAT3.XLS

TABELA - GRANF/PASTAS/RELAT2.XLT

GRÁFICO - GRANF/PASTAS/RELAT2.XLT

TABELA - GRANF/PASTAS/RELAT5.XLW

GRÁFICO - GRANF/PASTAS/RELAT5.XLW

6 - ATIVIDADES DAS ASSESSORIAS TÉCNICAS

6.1 - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS/ASSESSORIA DE INFORMÁTICA

Com a transferência do Economista José Ademir Deschamps para a Procuradoria do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas no exercício de 2001, a Assessoria para Assuntos Administrativos, Contábeis e Financeiros e a Assessoria de Informática foram consolidadas.

As atividades da Associação dos Municípios, desenvolvidas por estas Assessorias no decorrer do ano de 2001 foram marcadas pela intensa participação em seminários, cursos, reuniões, palestras, estudos, treinamentos, orientações e trabalhos principalmente sobre a Lei Complementar 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, Emenda Constitucional 25/00, que estabelece limites às Câmaras Municipais e sobre Portarias Interministeriais e da Secretaria do Tesouro Nacional que alterou toda a classificação da Receita e Despesa.

O resultado da análise feita pelo Tribunal de Contas sobre as contas de 2000 dos Municípios da Região, demonstra o grau de importância e atenção que deve ser dado, por parte dos Administradores Municipais, as orientações, esclarecimentos e controles sugeridos por esta Assessoria.

Ainda, em 2001, a Assessoria para Assuntos Administrativos, Contábeis e Financeiros passou a contar com o Técnico Luiz Antônio Gerardi, que se formou no Curso de Ciências Contábeis.

Resumidamente, para fins de Registro e prestação de contas, relacionamos a seguir algumas das atividades desenvolvidas no decorrer do exercício de 2001.

ÁGUAS MORNAS

- 1 - Encerramento do Sistema de Contabilidade – exercício 2000 e abertura do 2001, com instalação da nova versão do programa.
- 2 - Geração do ACP-TCE, mês 12/2000.
- 3 - Fornecimento do programa gerador da RAIS, ano base 2000.
- 4 - Auxílio e conferência na geração da RAIS, ano base 2000.
- 5 - Verificação do saldo patrimonial na emissão dos anexos da Portaria 59 de STN.
- 6 - Verificação e orientação para correção de diferença de saldo contábil entre o exercício de 2000/2001.
- 7 - Orientação sobre acesso a página na Internet do TCE/SC para envio das informações referentes a LRF do 1º e 2º bimestre.
- 8 - Orientação sobre geração do ACP-TCE.

ALFREDO WAGNER

- 1 - Orientação sobre encerramento da contabilidade – exercício 2000 e abertura do ano 2001.
- 2 - Orientação sobre contratação de contador para Câmara Municipal.
- 3 - Orientação sobre atualização do sistema de contabilidade.
- 4 - Orientação sobre pagamento de insalubridade.
- 5 - Orientação sobre desconto de INSS sobre efetivos, ACT's e Cargos em Comissão.
- 6 - Orientação sobre configurações das rubricas para emissão dos anexos da Portaria 59 da STN.
- 7 - Atualização do Sistema de Contabilidade.
- 8 - Orientação sobre operacionalização do Sistema de Folha de Pagamento.
- 9 - Orientação sobre geração do ACP/TCE do mês 12/2000.
- 10 - Orientação sobre elaboração do PPA.
- 11 - Orientação sobre resposta de diligência do TCE sobre as contas de 2000.
- 12 - Atualização dos sistemas informatizados de contabilidade e ACP.

- 13 - Correção das rotinas de realização de cópia de segurança de contabilidade.
- 14 - Verificação de procedimentos a serem adotadas na aplicação de recursos oriundos de convênios recebidos em dezembro.
- 15 - Orientação sobre geração do ACP.
- 16 - Orientação sobre gastos com educação, na verificação do limite mínimo constitucional.
- 17 - Orientação sobre utilização da Reserva de Contingência.

ANGELINA

- 1 - Orientação sobre alteração do cálculo de Rescisão contratual, na folha de pagamento.
- 2 - Orientação sobre cadastro de fornecedores em 2000 com o exercício já encerrado
- 3 - Orientação sobre travamento de computadores.
- 4 - Orientação sobre pagamento de INSS em atraso.
- 5 - Orientação sobre configuração do Sistema de Contabilidade para emissão dos Anexos da Portaria 59 da STN.
- 6 - Orientação sobre compactação e transferência de arquivos.
- 7 - Orientação sobre contabilização de Sessões Extraordinárias da Câmara Municipal.
- 8 - Orientação sobre geração do ACP-TCE janeiro/2001.
- 9 - Orientação à Câmara Municipal sobre alteração na LOM com relação a datas de envio do PPA, LDO e LOA.
- 10 - Orientação sobre elaboração do PPA.
- 11 - Orientação sobre realização de Audiências Públicas.
- 12 - Orientação sobre elaboração do Demonstrativo Previdenciária.
- 13 - Orientação sobre pagamento do INSS sobre serviços de autônomos.
- 14 - Participação em reunião com os Vereadores para esclarecimentos sobre o PPA, LDO e LOA.
- 15 - Orientação à Câmara Municipal sobre procedimentos a adotar após o veto do Executivo a Projetos de Lei do PPA e LDO.
- 16 - Orientação à Câmara Municipal sobre limites impostos pela LRF, Legislação Municipal e EC 25/00.
- 17 - Orientação sobre necessidade de realização de processos licitatórios na aquisição de diversos bens e serviços.
- 18 - Orientação sobre regularidade de despesas.

ANITÁPOLIS

- 1- Orientação sobre cancelamento de Restos a Pagar.
- 2 - Orientação sobre consolidação de contas para emissão dos relatórios da L.R.F.
- 3 - Orientação sobre correção de saldos das contas de Dívida Fundada Interna.
- 4 – Orientação sobre preenchimento de Demonstrativo da Capacidade de Endividamento para a SDM.
- 5 – Orientação sobre contabilização do INSS no Fundo Municipal de Saúde.
- 6 – Orientação sobre configuração do Sistema de Contabilidade para emissão dos anexos da LRF.
- 7 – Auxílio em resposta a diligência baixada pelo TCE, sobre as contas de 2000.

ANTÔNIO CARLOS

- 1 - Orientação sobre cópia de arquivo e atualização do Sistema de Contabilidade.
- 2 - Orientação sobre contabilização da TIP.
- 3 - Auxílio e orientação na geração da DIRF, ano base 2000.
- 4 - Orientação sobre emissão dos anexos da Portaria 59 da STN.
- 5 - Orientação sobre interpretação da Lei que corrige os tributos municipais.
- 6 - Orientação sobre emissão de DAM pelo Sistema do Banco.
- 7 - Verificação e orientação sobre a possibilidade de alteração dos gastos com pessoal com base na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 8 - Orientação sobre reabertura de Crédito Especial no exercício atual.
- 9 - Orientação sobre a Lei que disciplina as Audiências Públicas.
- 10 - Orientação sobre a emenda a Lei Orgânica alterando os prazos de encaminhamento do PPA, LDO, LOA.

- 11 - Orientação sobre repasse de recursos a Câmara Municipal e verificação dos limites estabelecidos pela EC 25.
- 12 - Auxílio em resposta a diligência baixada pelo TCE/SC.
- 13 - Orientação sobre classificação de despesa com relação a funcional – programática.
- 14 - Reinstalação dos Programas de Contabilidade, Folha, Compras e ACP – TCE.

BIGUAÇU

- 1 - Orientação, ao Fundo Municipal de Saúde, sobre inclusão de empenhos e liquidações.
- 2 - Orientação, ao Fundo Municipal de Saúde, sobre contratação de prestador de serviços.
- 3 - Orientação ao F.M.S. sobre cancelamento de Restos a Pagar por conta da Lei 10.028.
- 4 - Orientação ao FMS sobre regime de lançamento de Receita.
- 5 - Orientação sobre aplicação mínima de gastos com saúde.
- 6 - Orientação à Câmara Municipal sobre repasse do duodécimo.
- 7 - Orientação à Câmara Municipal sobre limites de gastos com pessoal.
- 8 - Orientação ao FMS sobre terceirização de mão de obra, com base na LRF.
- 9 - Orientação sobre publicação dos atos oficiais.
- 10 - Orientação sobre correção de lançamentos contábeis no Fundo Municipal de Saúde.
- 11 - Orientação sobre classificação de despesa e receita, no Fundo Municipal de Saúde.
- 12 - Orientação sobre responsabilidade do Ordenador da Despesa do Fundo Municipal de Saúde.
- 13 - Orientação ao Fundo Municipal de Saúde sobre correção de baixa indevida de despesa.
- 14 - Orientação à Câmara Municipal sobre o cumprimento dos limites impostos pela LRF, Legislação Municipal e EC 25/00.
- 15 - Orientação à Câmara Municipal e ao Executivo sobre desapropriação de área de terras.
- 16 - Orientação sobre limite de repasse de recursos à Câmara Municipal.
- 17 - Participação em Reunião, na Câmara Municipal, para orientação e esclarecimentos sobre elaboração do PPA, LDO e Orçamento Municipal.

CANELINHA

- 1 - Orientação sobre instalação da nova versão do programa de contabilidade, encerramento do exercício de 2000 e abertura do ano 2001.
- 2 - Correção de problemas com o banco de dados da Proposta Orçamentária – 2000.
- 3 - Orientação sobre configuração das rubricas no Sistema de Contabilidade para emissão dos anexos da Portaria 59 da STN.
- 4 - Orientação sobre preenchimento do Demonstrativo de Desdobramento da Receita em Metas Bimestrais de Arrecadação.
- 5 - Orientação sobre alternativas de acesso a Internet.
- 6 - Orientação sobre geração do ACP/TCE, janeiro/2001.
- 7 - Orientação sobre classificação na conta “Obras e Instalações” e seu elemento de despesa.
- 8 - Orientação sobre despesa de transferências financeiras a empresas com fins lucrativos, a título de incentivo.
- 9 - Orientação sobre geração do ACP-TCE.
- 10 - Verificação e correção de problemas encontrados na geração do ACP-TCE do mês 06/2001.
- 11 - Orientação sobre anulação de Crédito Especial.

FLORIANÓPOLIS

- 1 - Orientação sobre levantamentos e controle patrimonial.
- 2 - Orientação sobre contabilização de Débito no FPM, FUNDEF e PASEP, relativo a decisão judicial.

GAROPABA

- 1 - Encerramento do exercício de 2000 e abertura do ano de 2001.
- 2 - Geração dos disquetes do ACP-TCE durante o exercício de 2001.
- 3 - Orientação sobre classificação da despesa.
- 4 - Orientação sobre classificação da receita.

- 5 - Análise do FUNDEF, das despesas com pessoal, saúde e comportamento orçamentário e financeiro durante o exercício de 2001.
- 6 - Elaboração de documentos contábeis.
- 7 - Elaboração dos relatórios da L.R.F.
- 8 - Orientação a Câmara Municipal sobre possibilidade de gastos do Legislativo.
- 9 - Elaboração dos Anexos da Portaria 59 do STN.
- 10 - Elaboração dos Anexos da Portaria 113 do STN.
- 11 - Preenchimento da página do TCE na Internet com os dados da LRF.

GOVERNADOR CELSO RAMOS

- 1 - Orientação sobre reempenho de despesas anuladas em 2000 por conta da L.R.F.
- 2 - Orientação sobre correção de saldo contábil não transferido pelo sistema do exercício 2000 para 2001.
- 3 - Orientação sobre repasse de suprimento a Câmara Municipal e limites de gastos com pessoal.
- 4 - Orientação sobre legalidade e contabilização de auxílio alimentação e diárias.
- 5 - Orientação sobre retificação da RAIS
- 6 - Orientação sobre classificação da receita.
- 7 - Orientação sobre INSS sobre serviços prestados por autônomos.
- 8 - Orientação à Câmara Municipal sobre repasse de duodécimo.
- 9 - Orientação à Câmara Municipal sobre limites de gastos com pessoal.
- 10 - Orientação sobre elaboração do PPA.
- 11 - Resposta a consulta com relação a utilização da Reserva de Contingência, classificação de despesas de convênios e vale transporte.
- 12 - Orientação sobre regularização de DFI - Parcelamento INSS no SAMAE.
- 13 - Orientação sobre geração do ACP-TCE.
- 14 - Orientação sobre procedimentos de correção de alterações orçamentárias e verificação do excesso de arrecadação.
- 15 - Orientação sobre estimativa da receita na elaboração do orçamento para 2002.
- 16 - Verificação e orientação sobre os limites impostos à Câmara Municipal pela LRF, Legislação Municipal e EC 25/00.

LEOBERTO LEAL

- 1 - Encerramento do exercício de 2000 e abertura do ano de 2001, com implantação da nova versão do programa de contabilidade.
- 2 - Geração da GFIP – SEFIP dos meses de dezembro de 2000, 13º e janeiro/2001, com treinamento de pessoal.
- 3 - Orientação sobre geração do ACP – TCE do mês 12/2000.
- 4 - Orientação sobre inscrição em Dívida Ativa de débitos do Município com o Instituto de Previdência.
- 5 - Orientação sobre geração da RAIS, DIRF e SEFIP.
- 6 - Orientação sobre a possibilidade de contratação de pessoal.
- 7 - Viagem ao Município para realização de avaliação do cumprimento das exigências legais, sobretudo com relação a LRF, e participação em reunião para orientação ao Prefeito e Técnicos Municipais.
- 8 - Orientação sobre geração do ACP/TCE, janeiro/2001.
- 9 - Orientação sobre elaboração de processo licitatório para aquisição de material de construção.
- 10 - Orientação sobre elaboração do PPA.
- 11 - Orientação sobre resposta ao TCE de Relatório de Diligência “in loco”.
- 12 - Orientação sobre saldo indevido na conta “Suprimentos”.
- 13 - Orientação sobre preenchimento dos quadros da LDO para o exercício de 2002.
- 14 - Orientação sobre elaboração do orçamento para o exercício de 2002.
- 15 - Elaboração de justificativa ao TCE, sobre descumprimento do Art. 42 da LRF.
- 16 - Verificação e orientação sobre os limites impostos ao Legislativo e ao Executivo pelo LRF e, Legislação Municipal.
- 17 - Configuração de computador para geração GFIP da CEF.
- 18 - Orientação sobre compensação de valor pago a maior ao INSS.
- 19 - Atualização de contribuição sociais devidas ao Instituto de Previdência.
- 20 - Orientação sobre parcelamento de débito com o IPRELL.

MAJOR GERCINO

- 1 - Orientação sobre encerramento de 2000 e abertura do exercício de 2001.
- 2 - Orientação sobre utilização dos códigos de tipos de despesa.
- 3 - Orientação sobre correção de problemas no banco de dados do sistema de contabilidade.
- 4 - Orientação sobre repasse de recursos à Câmara Municipal e cumprimento dos limites estabelecidos pela Emenda Constitucional 25.
- 5 - Orientação sobre limites com gastos com pessoal.
- 6 - Orientação à Câmara Municipal sobre pagamento de Sessões Extraordinárias durante o período de recesso.
- 7 - Orientação sobre geração do ACP-TCE.
- 8 - Orientação à Câmara Municipal sobre recolhimento de INSS dos Vereadores.
- 9 - Análise do Quadro do Excesso de Arrecadação e da Lei Orçamentária.
- 10 - Orientação sobre classificação de despesa na elaboração do orçamento para 2002.

NOVA TRENTO

- 1 - Orientação sobre publicação do Chamamento Público para cadastro de fornecedores.
- 2 - Orientação sobre encerramento do exercício de 2000, com relação a contas credoras ficando devidoras.
- 3 - Orientação sobre contratação de diretor do SAMAE.
- 4 - Orientação sobre contabilização da Câmara Municipal com autonomia financeira.
- 5 - Orientação sobre repasse de suprimentos à Câmara Municipal.
- 6 - Orientação sobre elaboração do orçamento 2001 do Instituto de Previdência.
- 7 - Orientação sobre possibilidade de alteração de gastos com pessoal com base na LRF.
- 8 - Orientação sobre correção de saldo contábil indevido no Balanço Patrimonial.
- 9 - Orientação sobre empenhamento de despesas de exercício anterior.
- 10 - Orientação sobre processo licitatório para aquisição de veículos com faturamento direto de fábrica.
- 11 - Orientação sobre correção de saldos de Dívida Fundada Interna e Débitos Consolidados.
- 12 - Orientação sobre resposta de diligência ao TCE, relativas as contas de 2000.
- 13 - Orientação sobre procedimentos de despesa com processo licitatório.
- 14 - Orientação sobre regularidade da Despesa.
- 15 - Viagem ao Município para verificação de limites impostos pela LRF e CF/88, resposta de Diligência sobre as contas do Exercício de 2000, análise e correção de saldos contábeis e discussão sobre procedimentos administrativos.
- 16 - Orientação sobre geração do ACP-TCE.

PALHOÇA

- 1 - Orientação sobre procedimentos para encerramento da contabilidade do exercício do ano 2000 e abertura do ano 2001, com instalação da nova versão do programa.
- 2 - Orientação sobre realização de convênio com as Polícias Civil e Militar para realização de despesas.
- 3 - Orientação sobre classificação da despesa.
- 4 - Orientação sobre preenchimento do Relatório de Gestão da Saúde.
- 5 - Orientação sobre configuração do sistema de contabilidade para emissão dos anexos da Portaria 59 da STN.
- 6 - Orientação sobre informações solicitadas pelo TCE/SC relacionadas a educação, saúde, pessoal, etc.
- 7 - Orientação sobre repasse a Câmara Municipal, com análise dos limites estabelecidos pela EC 25.
- 8 - Orientação sobre geração do ACP-TCE.
- 9 - Orientação à Câmara Municipal sobre cálculo de IRRF.
- 10 - Orientação sobre elaboração da LDO e LOA com base no PPA.
- 11 - Orientação sobre classificação funcional programática de despesa.
- 12 - Orientação de resposta de diligência do TCE sobre as contas de 2000.
- 13 - Orientação sobre processo licitatório para aquisição de medicamentos destinados à doação.
- 14 - Orientação sobre repasse de recursos – base de cálculo – à Câmara Municipal.
- 15 - Análise de objeto de processo licitatório para aquisição de equipamentos de informática.
- 16 - Participação em reunião para discussão sobre procedimentos contábeis a adotar em Autarquia relacionada ao trânsito.
- 17 - Orientação sobre preenchimento de relatórios do Instituto de Previdência Social.

PAULO LOPES

- 1 - Encerramento da contabilidade do exercício de 2000 e abertura do ano 2001.
- 2 - Geração dos disquetes do ACP-TCE durante o exercício de 2001.
- 3 - Orientação sobre classificação da despesa.
- 4 - Orientação sobre classificação da receita.
- 5 - Análise do FUNDEF, gastos com pessoal, saúde e do comportamento orçamentário e financeiro durante o ano de 2001.
- 6 - Elaboração de documentos contábeis
- 7 - Realização da conciliação bancária.
- 8 - Auxílio na elaboração de processos licitatórios.
- 9 - Elaboração dos relatórios da L.R.F..
- 10 - Elaboração dos anexos da Portaria 59 da STN.
- 11 - Elaboração de relatório ao TCE/SC sobre informações relacionadas a gastos com pessoal, saúde, educação, etc.
- 12 - Elaboração dos anexos da Portaria 113 de STN.
- 13 - Preenchimento da Página do TCE com informações relativas a LRF.
- 14 - Elaboração de Projetos de Leis.

RANCHO QUEIMADO

- 1 - Orientação sobre geração da RAIS, ano base 2000.
- 2 - Orientação sobre elaboração da Lei das Audiências Públicas.
- 3 - Orientação sobre elaboração do PPA.
- 4 - Orientação sobre geração do ACP.

SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

- 1 - Orientação sobre encerramento da contabilidade de 2000 e abertura de 2001.
- 2 - Orientação sobre locação de imóvel com recursos do FUNDEF.
- 3 - Orientação à Câmara Municipal sobre recolhimento de INSS e IRRF.
- 4 - Orientação à Câmara Municipal sobre o entendimento das despesas enquadradas como terceirização de mão de obra.
- 5 - Orientação sobre o repasse de recursos à Câmara Municipal.
- 6 - Orientação sobre contabilização dos descontos previdenciários.
- 7 - Orientação sobre preenchimento do Demonstrativo Previdenciário.
- 8 - Orientação sobre geração do ACP.
- 9 - Orientação sobre preenchimento da planilha para cálculo de capacidade de endividamento.
- 10 - Orientação sobre resposta de diligência baixada pelo TCE relativa as contas de 2000.
- 11 - Orientação sobre inconsistência no ACP.
- 12 - Atualização de contribuições sociais devidas ao Instituto de Previdência.

SÃO BONIFÁCIO

- 1 - Orientação sobre encargos sociais incidentes na conversão da Licença Prêmio em dinheiro.
- 2 - Fornecimento do Manual do ACP/TCE, versão 2001.
- 3 - Orientação sobre geração do ACP-TCE.
- 4 - Orientação sobre configuração de computador.
- 5 - Auxílio em resposta de diligência do TCE, sobre as contas de 2000.

SÃO JOÃO BATISTA

- 1 - Encerramento da contabilidade do exercício de 2000 e abertura do ano de 2001
- 2 - Auxílio na geração dos disquetes do ACP-TCE durante o exercício de 2001.
- 3 - Orientação sobre classificação da despesa.
- 4 - Orientação sobre classificação da receita.

- 5 - Análise do FUNFEF, gastos com pessoal, saúde e do comportamento orçamentário e financeiro durante o ano de 2001.
- 6 - Elaboração de documentos contábeis.
- 7 - Elaboração dos relatórios da L.R.F.
- 8 - Orientação sobre operacionalização do Sistema de Contabilidade.
- 9 - Orientação sobre cadastramento e pagamento de Restos a Pagar.
- 10 - Orientação sobre correção de diferença encontrada na Folha de Pagamento.
- 11 - Orientação sobre preenchimento de relatório do TCE/SC contendo informações sobre gastos com educação, saúde, pessoal, etc.
- 12 - Elaboração dos anexos da Portaria 59 e 113 da STN.
- 13 - Preenchimento da Página do TCE com informação da LRF.
- 14 - Orientação e treinamento de pessoal do Setor Contábil do Município.
- 15 - Treinamento de pessoal na área de administração de patrimônio.
- 16 - Orientação à Câmara Municipal sobre a análise das contas do Município pelos cidadãos.
- 17 - Orientação sobre elaboração do orçamento do Instituto de Previdência.
- 18 - Orientação sobre transferência de recursos do Executivo e Legislativo ao Instituto de Previdência.
- 19 - Atualização de contribuições devidas pelo Executivo e Legislativo ao Instituto de Previdência.
- 20 - Orientação sobre geração do ACP-TCE.
- 21 - Orientação sobre verificação dos limites impostos pela LRF e Legislação Municipal, EC 25/00 e CF/88.

SÃO JOSÉ

- 1 - Encerramento da contabilidade do exercício de 2000 e abertura de 2001, com instalação da nova versão do programa, no Fundo Municipal de Saúde.
- 2 - Geração dos disquetes do ACP-TCE durante o exercício de 2001, janeiro e fevereiro, no Fundo Municipal de Saúde.
- 3 - Orientação ao Fundo Municipal de Saúde sobre classificação de receita e despesa.
- 4 - Elaboração de documentos contábeis para o Fundo Municipal de Saúde.
- 5 - Orientação sobre as receitas que são vinculadas às transferências à Câmara Municipal.
- 6 - Verificação sobre a publicação de alteração da tabela de licitações.
- 7 - Orientação sobre a elaboração do Relatório de Gestão do Fundo Municipal de Saúde.
- 8 - Orientação sobre elaboração do PPA para Secretaria de Saúde.
- 9 - Orientação sobre geração do ACP.
- 10 - Participação em reunião com o Conselho Municipal de Saúde para discussão de procedimentos contábeis.
- 11 - Orientação sobre geração do ACP para o Fundo Municipal de Saúde.
- 12 - Orientação sobre levantamento da base de cálculo para apuração dos limites impostos a Câmara Municipal.
- 13 - Verificação de Saldos contábeis e da situação orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Saúde.
- 14 - Orientação sobre atualização da Tabela de Imposto de Renda.

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

- 1 - Encerramento da contabilidade do exercício de 2000 e abertura do ano de 2001, com instalação da nova versão do programa.
- 2 - Auxílio na geração dos disquetes do ACP-TCE durante o exercício de 2001.
- 3 - Orientação sobre classificação da despesa.
- 4 - Orientação sobre classificação da receita.
- 5 - Análise do FUNDEF, gastos do pessoal, saúde e do comportamento orçamentário e financeiro durante o exercício de 2001.
- 6 - Elaboração de documentos contábeis.
- 7 - Elaboração dos relatórios da L.R.F.
- 8 - Elaboração dos anexos da Portaria 59 do STN.
- 9 - Elaboração de relatório para o TCE/SC contendo informação sobre gastos com educação, pessoal, saúde, etc.
- 10 - Elaboração dos Anexos da Portaria 113 do STN.

- 11 - Preenchimento da Página do TCE com informações da LRF.
- 12 - Resposta a diligência baixada pelo TCE sobre as contas de 2000.
- 13 - Orientação sobre elaboração do PPA – 2002 – 2005.
- 14 - Orientação sobre elaboração da LDO para o exercício 2002.
- 15 - Orientação sobre geração de ACP-TCE.
- 16 - Orientação sobre necessidade de processo licitatório para aquisição de determinados bens e serviços.
- 17 - Orientação sobre preenchimento de relatórios contábeis.
- 18 - Elaboração de Pedido de Reapreciação das Contas do Exercício de 2000.
- 19 - Orientação sobre resposta de diligência baixada pelo TCE sobre as contas de 1999 de Fundo Municipal de Assistência Social.
- 20 - Orientação sobre parcelamento de débito.
- 21 - Orientação sobre levantamento e análise dos limites impostos pela LRF, EC 25/00 e CF/88.

TIJUCAS

- 1 - Orientação sobre encerramento da contabilidade 2000 e abertura do exercício de 2001.
- 2 - Orientação sobre o posicionamento do TCE/SC com relação ao cancelamento de Restos a Pagar inscritos em 2001, de acordo com a LRF e Lei 10.028.
- 3 - Orientação sobre entendimento do conceito de “Outras Despesas com pessoal”.
- 4 - Orientação sobre incidência de INSS nos pagamentos dos Vereadores.
- 5 - Orientação sobre cálculo da Receita Corrente Líquida.
- 6 - Orientação sobre Processo Licitatório para divulgação dos atos oficiais.
- 7 - Orientação sobre transferência de recursos a UNIVALI.
- 8 - Orientação sobre regularidade e classificação de despesas com capacitação de professores.
- 9 - Orientação sobre resposta ao TCE de diligência sobre as contas de 2000.
- 10 - Orientação sobre elaboração do orçamento com base no PPA e LDO.
- 11 - Orientação sobre levantamento e análise dos limites impostos pela LRF, EC 25/00, Legislação Municipal e CF/88, ou seja, Câmara, Pessoal, Saúde, Educação, etc.
- 12 - Orientação sobre geração do ACP.
- 13 - Orientação sobre regularidade de despesas.
- 14 - Orientação sobre necessidade de processo licitatório para aquisição de determinados bens e serviços.

GERAL

- 1 - Execução da contabilidade da Associação durante o exercício de 2001.
- 2 - Elaboração da Folha de Pagamento da Associação.
- 3 - Elaboração da DIRF, RAIS e Comprovantes de Rendimentos da Associação.
- 4 - Digitação de vários editais, contratos, leis, decretos, ofícios e outros para a Associação e Municípios da Região.
- 5 - Digitação do Relatório de Atividades e Prestação de Contas da Associação do exercício de 2000.
- 6 - Participação em reuniões com contadores e demais técnicos municipais para discussão de assuntos ligados a administração municipal.
- 7 - Distribuição dos disquetes do programa SIA-SUS.
- 8 - Participação em treinamento do Sistema do Ministério da Previdência Social.
- 9 - Participação em treinamento sobre Planejamento Governamental.
- 10 - Participação na elaboração da Agenda de Obrigação para os Municípios e Câmaras Municipais.
- 11 - Participação em treinamento sobre Setor Pessoal.
- 12 - Participação em treinamento sobre Licitação.
- 13 - Elaboração de Roteiro para instalação e operacionalização de nova versão do ACP-TCE.
- 14 - Análise e orientação nos Municípios com relação a publicação de informações no site – Contas Públicas, com base na Lei 9755/98.
- 15 - Elaboração de roteiro e treinamento de pessoal com relação ao Sistema de Compras.
- 16 - Participação em Reunião em Rio do Sul – AMAVI, com técnicos de Associações de Municípios para estudo da Portaria 42, 163 STN e outros procedimentos contábeis.
- 17 - Participação em reunião no TCE/SC para análise de procedimentos contábeis.
- 18 - Participação em reunião com o Contador Geral da União para estudos da Portaria 42, 163 da STN e demais procedimentos contábeis.

- 19 - Elaboração da Previsão do FPM, ICMS, ICMS Exportação e IPI para 2002 para os Municípios da Região.
- 20 - Participação em reunião na AMMAVI para discutir a “elaboração da proposta orçamentária para 2002”.
- 21 - Participação em Curso sobre “Controle Interno”.
- 22 - Participação do IV Ciclo de Estudos no TCE/SC.
- 23 - Elaboração de Estudo sobre a Instrução Normativa 02/2001 do TCE/SC.
- 24 - Participação do 2º Ciclo de Estudos de Auditoria sobre o Movimento Econômico Realizado em Araranguá nos dias 07, 08 e 09 de março de 2001 promovido pela AMESC.
- 25 - Implantação do Sistema cedido pela AMESC para análise das DIEF's, na Associação e nos Municípios de Florianópolis e São José.
- 26 - Cópia e distribuição do Sistema da Fazenda para preenchimento da DIEF.
- 27 - Análise das DIEF's recebidas.
- 28 - Geração de relatórios das DIEF's para os Municípios.
- 29 - Participação do treinamento do Sistema Integrado de Informações Previdenciários – SIPREVE, promovido pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, Confederação Nacional de Municípios e Federação Catarinense de Municípios em Florianópolis em janeiro/2001.
- 30 - Participação do curso “ABC das Licitações e Contratos/Lei dos Crimes Fiscais” ministrado por Benedicto de Tolosa Filho, nos dias 10 e 11 de maio de 2001 em Florianópolis.
- 31 - Participação das teleconferências sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, P.P.A, LOA e LDO, Assistido no Auditório da Receita Federal em Florianópolis.
- 32 - Implantação do Sistema, Levantamento e Digitação do Patrimônio da Associação.
- 33 - Participação do Curso “Noção de Técnicas e Processo Legislativo” nos dias 02 e 03 de agosto de 2001 ministrado por Waldir Gorges Alves, no auditório da Associação.
- 34 - Participação do treinamento do Sistema de Controle de Previsão de Safra e Controle das Notas Fiscais de Produtor Rural “SIS RURAL” , realizado na Cidade de Araranguá nos dias 18 e 19 de dezembro de 2001 promovido pela AMESC.
- 35 - Desenvolvimento de Roteiro e Treinamento de Pessoal para os Sistemas Betha Patrimônio e Betha Compras.
- 36 - Elaboração de apresentações diversas no programa Powner Point.

6.2 - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

A Assessoria de Engenharia e Arquitetura durante o exercício de 2001, através de sua equipe, atendeu os municípios associados com serviços técnicos e com serviços de reprografia.

Foram registrados 320 (trezentos e vinte) trabalhos, englobando levantamentos topográficos, projetos, estudos, orçamentos, memoriais descritivos, pareceres, etc..., não incluindo as visitas aos municípios e inúmeras consultas feitas informalmente. O Município de Governador Celso Ramos foi o que mais utilizou os serviços desta Associação com 67 (sessenta e sete) trabalhos realizados.

Em custos, tivemos uma economia para os municípios de cerca de R\$ 292.070,00 (duzentos e noventa e dois mil e setenta reais) que deixaram de ser pagos referentes a honorários profissionais. O Município que teve maior participação foi Governador Celso Ramos com R\$ 48.250,00 (quarenta e oito mil e duzentos e cinquenta reais).

Além do atendimento aos Municípios, a Assessoria de Engenharia e Arquitetura representou a GRANFPOLIS em diversos eventos e atendeu a solicitações de outros órgãos. Destaca-se a participação nas Câmaras Setoriais de Saneamento Ambiental, Habitação, Planejamento Urbano e Turismo da Região Metropolitana de Florianópolis.

No quadro a seguir apresentamos o resumo das atividades desenvolvidas no exercício de 2001, com custos referentes a dezembro/01 e na seqüência são discriminados os serviços realizados para cada um dos municípios e demais atividades.

MUNICÍPIO	SERVIÇOS REALIZADOS	CUSTO (R\$)
ÁGUAS MORNAS	19	5.000,00
ALFREDO WAGNER	14	11.380,00
ANGELINA	14	8.130,00
ANITÁPOLIS	18	4.450,00
ANTÔNIO CARLOS	07	9.280,00
BIGUAÇU	05	11.710,00
CANELINHA	06	2.900,00
FLORIANÓPOLIS	-	-
GAROPABA	18	28.800,00
GOV.CELSO RAMOS	67	48.250,00
LEOBERTO LEAL	21	6.230,00
MAJOR GERCINO	12	11.010,00
NOVA TRENTO	03	8.000,00
PALHOÇA	32	44.520,00
PAULO LOPES	18	17.240,00
RANCHO QUEIMADO	02	2.790,00
STO. AMARO DA IMPERATRIZ	16	16.670,00
SÃO BONIFÁCIO	13	3.980,00
SÃO JOÃO BATISTA	20	30.410,00
SÃO JOSÉ	-	-
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	13	16.820,00
TIJUCAS	02	4.500,00
TOTAL	320	292.070,00

GRÁFICO - GRANF/PASTAS/RELAT4.XLT

GRÁFICO - GRANF/PASTAS/RELAT4.XLT

**CUSTOS DOS SERVIÇOS EXECUTADOS PELA ASSESSORIA
PARA ASSUNTOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

ÁGUAS MORNAS

- 1 – Rua do Sapo – Vargem Grande
 - Levantamento Planialtimétrico com 14.174 m²
 - Projeto Geométrico com 1.090,33 m²
- 2 – Centro Esportivo e de Lazer Fazenda Sacramento II
 - Orçamentos
- 3 – Posto de Saúde Padrão I
 - Orçamento
- 4 – Centro de Saúde Padrão Tipo II
 - Orçamento
- 5 – Rua Pedro Kuhnen
 - Orçamento
 - Memorial Descritivo
- 6 – Rodovia AGM-080 (Estacas OPP à 3)
 - Orçamento
 - Memorial Descritivo
- 7 – Rua Geral Santa Cruz da Figueira (Estacas OPP à 10 + 10,00)
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 8 – Ponte de Concreto de 5,20 x 10,00m – Santa Isabel
 - Orçamento
- 9 – Ponte de Concreto de 5,20 x 12,00m – Fazenda Sacramento II
 - Orçamento
- 10 – Rodovia Municipal AGM-358
 - Projeto de Revestimento Primário
 - Orçamento
- 11 – Rodovia Municipal AGM-162
 - Projeto de Revestimento Primário
 - Orçamento
- 12 – Rodovia Municipal AGM-335
 - Projeto de Revestimento Primário
 - Orçamento
- 13 – Rodovia AGM-080 (Estacas OPP à 27)
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 14 – Rua Geral Santa Cruz da Figueira (Estacas 10 + 10,00 à PF)
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 15 – Rua Samoel Kuhnen
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 16 – Rua Geral Vargem Grande – Trecho 2
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento

ALFREDO WAGNER

- 1 – Jazida no Rio Lessa
 - Levantamento Planimétrico com 10.128,47m²
- 2 – Terreno da E. I. Barro Preto
 - Levantamento Planimétrico com 1.716,68 m²
- 3 – Terreno do C.E. Silva Jardim
 - Levantamento Planialtimétrico com 9.303,03 m²
- 4 – Ampliação da Rede de Água - Barracão
 - Levantamento Planialtimétrico do Eixo
- 5 – Terreno para construção de museu – Lomba Alta
 - Levantamento Planialtimétrico com 5.769,94 m²

- 6 – Rede de Água – São Leonardo
 - Levantamento Planialtimétrico do Eixo
- 7 – Ampliação da E. B. Balcino Matias Wagner - Estreito
 - Projeto Arquitetônico com 188,89 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 8 – Ampliação da E. B. Passo da Limeira
 - Projeto Arquitetônico com 441,96 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 9 – Casa do Idoso
 - Projeto Arquitetônico com 139,43 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 10 – Ampliação da E. B. Passo da Limeira (483,93 m²)
 - Orçamento
- 11 – Reforma do Posto de Saúde - Centro
 - Projeto Arquitetônico
 - Memorial Descritivo

ANGELINA

- 1 – Moradia Econômica Padrão (38,12 m²)
 - Orçamento
- 2 – Acesso ao Hospital e Maternidade Nossa Senhora
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 3 – Terreno da Escola Núcleo Rio Novo
 - Levantamento Planialtimétrico com 1.395,06 m²
- 4 – Escola Núcleo Rio Novo
 - Projeto Arquitetônico com 606,35 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 5 – Posto de Saúde de Rio Novo
 - Projeto Arquitetônico com 66,40 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 6 – Banheiro para Deficiente Físico
 - Projeto Arquitetônico com 7,00 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 7 – Terminal Rodoviário
 - Projeto Arquitetônico com 124,58 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 8 – Sanitário Padrão
 - Orçamento
- 9 – Ponte Mista de 4 x 9 m
 - Orçamento
- 10 – Reforma da Quadra do Ginásio de Esportes Municipal
 - Croquis
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento

ANITÁPOLIS

- 1 – Casa Padrão em Madeira
 - Projeto Arquitetônico com 31,80 m²
 - Memorial Descritivo

- Orçamento
- 2 – Reforma do Centro Educacional
 - Orçamento
- 3 – Ampliação do Centro de Múltiplo Uso
 - Orçamento
 - Cronograma Físico-Financeiro
- 4 – Rua Geral Vila Nova
 - Projeto de Drenagem
 - Orçamento
- 5 – Sede da APAE
 - Projeto Arquitetônico com 80,00 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 6 – Lavanderia do Hospital São Sebastião
 - Projeto Arquitetônico com 59,02 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 7 – Reconstrução Parcial do Centro Educacional
 - Orçamento
 - Cronograma
- 8 – Canal do Rio das Pedras
 - Reformulação do Projeto
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
 - Cronograma Físico-Financeiro
- 9 – Ampliação do Centro de Múltiplo Uso – 1ª Etapa
 - Orçamento
 - Cronograma Físico-Financeiro
- 10 – Reforma do Hospital São Sebastião – Despensa, Lavatório e SAME
 - Projeto Arquitetônico com 38,43 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 11 – Reforma do Hospital São Sebastião – Ala Sul
 - Projeto Arquitetônico com 170,64 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento

ANTÔNIO CARLOS

- 1 – Capela Mortuária
 - Projeto Arquitetônico com 299,58 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 2 – Terreno para Portal Turístico
 - Levantamento Planialtimétrico com 4.662,24 m²
- 3 – Portal Turístico
 - Projeto Arquitetônico
 - Memorial Descritivo
- 4 – Terreno para Posto de Informações Turísticas
 - Levantamento Planialtimétrico com 5.156,00 m²
- 5 – Terreno para Aterro Sanitário - Canudos
 - Levantamento Planialtimétrico com 67.970,06 m²
- 6 – Praça Anchieta
 - Locação com 5.069 m²

BIGUAÇU

- 1 – Local para Ponte sobre o Rio da Cachoeira - Tijuquinhas

- Levantamento Planialtimétrico com 4.445,79 m²
- 2 – Terreno do Grupo Escolar Fernando V. de Amorim – Morro do Viveiro
 - Levantamento Planialtimétrico com 6.855,07 m²
- 3 – Rua Cônego Rodolfo Machado
 - Levantamento Planialtimétrico com 63.045 m²
 - Projeto Geométrico com 15.119,19 m²
 - Ante-Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento

CANELINHA

- 1 – Garagem da Prefeitura Municipal – Moura
 - Projeto Arquitetônico com 360 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 2 – Garagem da Prefeitura Municipal - Sede
 - Projeto Arquitetônico com 480 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 3 – Ponte de Concreto sobre o Rio Galera (8,20 x 7,00m) - Galera
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
 - Cronograma Físico-Financeiro

GAROPABA

- 1 – Moradia Econômica Padrão
 - Orçamento
- 2 – Rua Geral Capão (Estacas 72 à 87)
 - Orçamento
- 3 – Rua Maria Antônia dos Santos
 - Levantamento Planialtimétrico com 50.642,30 m²
- 4 – Terreno para a Casa da Cidadania
 - Levantamento Planialtimétrico com 336,08 m²
- 5 – Terreno da E. M. Pingurito
 - Levantamento Planialtimétrico com 2.971,78 m²
- 6 – Reforma e Ampliação da E. I. Ibiraquera
 - Projeto Arquitetônico com 123,71 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 7 – Pré-Escolar de Campo Duna
 - Orçamento
- 8 – Ampliação da E. M. Pingurito
 - Projeto Arquitetônico com 318,39 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 9 – Rua Pingurito
 - Levantamento Planialtimétrico com 32.754 m²
 - Projeto Geométrico com 3.859,76 m²
- 10 – Travessa Manoel Cascaes
 - Levantamento Planialtimétrico com 6.307 m²
 - Projeto Geométrico com 1.156,69 m²
- 11 – Rua Enéas Faraco Guimarães
 - Levantamento Planialtimétrico com 152.234 m²
 - Projeto Geométrico com 5.343,41 m²
- 12 – Servidão Estelina e Servidão da Preta
 - Levantamento Planialtimétrico com 9.256 m²
 - Projeto Geométrico com 1.365,11 m²

GOVERNADOR CELSO RAMOS

- 1 – Rodovia SC – 410 (Estacas 29 à 64)
 - Orçamento
- 2 – Rodovia SC – 410 (Estacas 29 à 132)
 - Orçamento
- 3 – Terreno para Construção de Praça – Ganchos de Fora
 - Levantamento Planialtimétrico com 12.729 m²
- 4 – Rede de Água – Calheiros/Ganchos do Meio/Morro Corrido/Ganchos de Fora
 - Levantamento Planialtimétrico com 425.712 m²
- 5 – Rua Joaquim Coelho - Areias
 - Orçamento
- 6 – Loteamento Jardim Gaivotas - Palmas
 - Projetos Geométrico e de Drenagem das Ruas
 - dos Hibiscos com 1.757,85 m²
 - das Palmeiras com 1.757,82 m²
 - dos Ciprestes com 1.758,43 m²
 - das Avencas com 1.764,15 m²
 - das Bromélias com 1.761,94 m²
 - das Alamandas com 3.842,48 m²
 - dos Araçás com 6.713,62 m²
 - das Aroeiras com 5.710,73 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
 - Cronograma Físico-Financeiro
- 7 – Rua do Sem – Fazenda da Armação
 - Levantamento Planialtimétrico com 6.407 m²
 - Projeto Geométrico com 996,00 m²
 - Memorial Descritivo – Projeto de Drenagem
 - Orçamento
- 8 – Rua Atílio de Carvalho – Costeira
 - Projeto de Drenagem
 - Orçamento
- 9 – Rua da Colônia dos Pescadores – Canto dos Ganchos
 - Orçamento
- 10 – Servidão Crispim – Canto dos Ganchos
 - Projeto de Drenagem
 - Orçamento
- 11 – Travessa da Rua Maria Angélica – Canto dos Ganchos
 - Projeto de Drenagem
 - Orçamento
- 12 – Área de Preservação Permanente do Lot. Palmas do Arvoredo - Palmas
 - Levantamento Planialtimétrico com 64.668,34 m²
- 13 – Jazida de Saibro – Costeira da Armação
 - Levantamento Planialtimétrico com 21.786 m²
 - Projeto de Exploração com 16.437,41 m²
- 14 – Terreno para Área Industrial – Areias de Cima
 - Levantamento Planialtimétrico com 17.978,42 m²
- 15 – Jazida de Saibro – Palmas/Camboia
 - Levantamento Planialtimétrico com 20.060 m²
- 16 – Loteamento Caravelas – Armação da Piedade
 - Levantamento Planialtimétrico com 153.982 m²
 - Projetos Geométrico e de Drenagem das Ruas:
 - João de Barro com 1.988,43 m²
 - Garça com 1.988,28 m²
 - Larus com 2.090,88 m²
 - Beija Flor com 2.082,75 m²
 - Tarumã com 3.759,74 m²
 - Acácias com 2.930,33 m²

- Memorial Descritivo
- Orçamento
- Cronograma Físico-Financeiro
- 17 – Jazida de Saibro – Palmas/Camboia
 - Levantamento Planialtimétrico com 28.424,07 m²
- 18 – Terreno para Construção de Escola - Calheiros
 - Levantamento Planialtimétrico com 4.336,57 m²

LEOBERTO LEAL

- 1 – Indústria e Loja de Confecções Comunitária
 - Reformulação do Projeto Arquitetônico com 252,00 m²
 - Orçamento
- 2 – Rua Vendelino José Franzen
 - Levantamento Planialtimétrico com 1.614,00 m²
 - Projeto Geométrico com 422,16 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 3 – Prefeitura Municipal – Pintura Externa e Interna do Piso Superior
 - Orçamento
- 4 – Aterro do Terreno da Unidade Sanitária
 - Orçamento
- 5 – Sanitário Padrão
 - Orçamento
- 6 – Terreno da Escola Núcleo Vargem dos Bugres
 - Levantamento Planialtimétrico com 2.195,29 m²
- 7 – Ampliação e Reforma da Escola Núcleo Rio dos Bugres
 - Projeto Arquitetônico com 344,34 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 8 – Ampliação e Reforma da Escola Núcleo Rio dos Bugres – 1ª Fase
 - Orçamento
- 9 – Indústria e Loja de Confecções Comunitária (200 m²) – 2ª Etapa
 - Orçamento
- 10 – Recuperação e Reconstrução de Pontes Mistas
 - Memorial Descritivo e Orçamentos das Pontes:
 - Martin Coelho (4,00 x 21,50 m)
 - Irineu Cavilha (4,00 x 6,00 m)
 - Jader (4,00 x 6,00 m)
 - Italiano (4,00 x 10,00 m)
 - Antônio Braun (4,00 x 8,00 m)
- 11 – Ampliação da Escola Núcleo Vargem dos Bugres – 1ª Etapa
 - Orçamento
 - Cronograma Físico-Financeiro
- 12 – Urbanização do Centro da Juventude
 - Orçamento
- 13 – Terreno de Jarí Vergílio de Souza – Arroio do Rancho
 - Levantamento Planialtimétrico com 509,98 m²

MAJOR GERCINO

- 1 – Reforma e Ampliação da Escola Josefina Boiteux
 - Projeto Arquitetônico com 67,50 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
 - Cronograma Físico-Financeiro
- 2 – Reforma da Escola Belmiro Mafra
 - Memorial Descritivo

- Orçamento
- Cronograma Físico-Financeiro
- 3 – Ponto de Ônibus Padrão 1
 - Orçamento
- 4 – Ponto de Ônibus Padrão 2
 - Orçamento
- 5 – Recuperação de Pontes Mistas com 4 x 5m e 4 x 4m
 - Orçamento
- 6 – Ponte de Concreto sobre o Canal do Rio dos Porcos – Rua Joaquim Silveira
 - Orçamento
- 7 – Construção de Área Coberta na E. M. Josefina Boiteux
 - Orçamento
 - Cronograma Físico-Financeiro
- 8 – Construção de Muros na E. M. Josefina Boiteux
 - Orçamento
 - Cronograma Físico-Financeiro
- 9 – Local para Construção de Usina Hidrelétrica no Rio Boa Esperança (PCH-1)
 - Levantamento Planialtimétrico com 228.504,66 m²
- 10 – Local para Construção de Usina Hidrelétrica no Rio Boa Esperança (PCH-3)
 - Levantamento Planialtimétrico com 313.516,77 m²

NOVA TRENTO

- 1 – Rua Felipe Schmitz – Ponta Fina Sul
 - Levantamento Planialtimétrico com 47.507,71 m²
 - Projeto Geométrico com 13.210,00 m²
- 2 – Praça da Bandeira
 - Projeto Urbanístico e Paisagístico com 4.596,60 m²

PALHOÇA

- 1 – Projeto Lazer nos Bairros - Vestiário
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 2 – Projeto Lazer nos Bairros – Urbanização
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 3 – Rua Bernardo Scheidt
 - Levantamento Planialtimétrico com 8.391,78 m²
 - Projeto Geométrico com 2.188,89 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 4 – Pista para Skate
 - Projeto Arquitetônico com 191,00 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 5 – Ampliação da E. I. Furadinho
 - Projeto Arquitetônico com 43,57 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 6 – Ampliação da Escola Argemira Farias da Silveira – Enseada do Brito
 - Projeto Arquitetônico com 180,94 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 7 – Ampliação e Reforma da Creche Vovó Dolores – Ponte do Maruim
 - Projeto Arquitetônico com 114,26 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento

- 8 – Ampliação da E. R. Francisca Raimunda de Freitas – Praia de Fora
 - Projeto Arquitetônico com 606,35 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 9 – Terreno da E. B. Adriana Weingartner – Caminho Novo
 - Levantamento Planialtimétrico com 5.972,34 m²
- 10 – Terreno da Mitra Metropolitana de Florianópolis – Ponte Maruim
 - Levantamento Planialtimétrico com 8.416,36 m²
- 11 – Terreno para construção de Praça – Barra do Aririú
 - Levantamento Planialtimétrico com 5.972,34 m²
- 12 – Terreno para construção de Praça – Enseada de Brito
 - Levantamento Planialtimétrico com 24.467,30 m²
- 13 – Terreno para construção de Escola – Rio Grande
 - Levantamento Planialtimétrico com 9.600,00 m²
- 14 – Terreno da E. B. Nossa Senhora de Fátima - Aririú
 - Levantamento Planialtimétrico com 4.836,18 m²
- 15 – Terreno de Eriberto Warmeling – Guarda do Cubatão
 - Levantamento Planialtimétrico com 33.796,00 m²
- 16 – Centro de Convivência para Idosos
 - Projeto Arquitetônico com 344,80 m²
 - Memorial Descritivo
- 17 – Praça da Barra do Aririú
 - Projeto de Urbanização e Paisagismo com 836,24 m²
 - Memorial Descritivo
- 18 – Rua Manoel Antônio Lima e Acesso a Canto da Enseada – Enseada de Brito
 - Levantamento Planialtimétrico com 63.553,39 m²
 - Projeto Geométrico com 11.082,21 m²
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 19 – Ampliação da E. B. Nossa Senhora de Fátima - Aririú
 - Projeto Arquitetônico com 1.018,50 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 20 – Ampliação da E. B. Adriana Weingartner – Caminho Novo
 - Projeto Arquitetônico com 424,14 m²
 - Memorial Descritivo

PAULO LOPES

- 1 – Conclusão do Terminal Rodoviário
 - Orçamento
- 2 – Rua Florianópolis
 - Levantamento Planialtimétrico com 19.386,96 m²
 - Projeto Geométrico com 1.830,20 m²
 - Projeto de Drenagem
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 3 – Terreno para exploração de saibro – Bom Retiro
 - Levantamento Planialtimétrico com 13.108,85 m²
- 4 – Galpão para Centro de Geração de Renda
 - Projeto Arquitetônico com 300 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 5 – Unidade Sanitária
 - Projeto Arquitetônico com 472,24 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 6 – Conclusão do Terminal Rodoviário

- Atualização do Orçamento
- 7 – Terreno da Escola Reunida do Freitas
 - Levantamento Planialtimétrico com 937,77 m²
- 8 – Ampliação da Escola Reunida do Freitas
 - Projeto Arquitetônico com 118,69 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 9 – Rede de Esgoto – Rua da Figueira
 - Levantamento Planialtimétrico com 5.967,06 m²
- 10 – Terreno de João José Pereira
 - Levantamento Planialtimétrico com 16.500 m²
- 11 – Área Industrial
 - Levantamento Planialtimétrico com 31.182,48 m²
- 12 – Área do Terminal Rodoviário
 - Reformulação do Projeto de Urbanização com 58.900 m²

RANCHO QUEIMADO

- 1 – Terreno para construção de Cemitério – Morro Chato
 - Levantamento Planialtimétrico com 6.334,44 m²
- 2 – Terreno da Associação de Servidores Públicos Municipais – Morro Chato
 - Levantamento Planialtimétrico com 30.000,00 m²

SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

- 1 – Ampliação da Creche do Morro do Fabrício – 1ª Etapa
 - Orçamento
- 2 – Complementação de Levantamento para Construção de Passeios
 - Levantamento Planialtimétrico com 19.792,00 m²
- 3 – Local para construção de Bueiro – Poço Fundo
 - Levantamento Planialtimétrico com 3.334,98 m²
- 4 – Creche Pequeno Príncipe
 - Laudo de Vistoria
- 5 – Local para construção de Ponte - Pagará
 - Levantamento Planialtimétrico com 5.129,24 m²
- 6 – Terreno para construção do Terminal Rodoviário
 - Levantamento Planialtimétrico com 3.002,77 m²
- 7 – Residência Padrão Programa Morar Melhor
 - Orçamento
- 8 – Centro de Múltiplo Uso
 - Projeto Arquitetônico com 244,82
 - Memorial Descritivo
- 9 – Núcleo Esportivo da Serra do Tabuleiro
 - Projeto Arquitetônico com 976,97 m²
- 10 – Terreno da Igreja de São Francisco de Assis
 - Levantamento Planialtimétrico com 4.255,03 m²
- 11 – Terreno da E. I. Professor Antônio Peixoto – Vargem do Braço
 - Levantamento Planialtimétrico com 7.650,44 m²
- 12 – Largo da Igreja de São Francisco de Assis
 - Projeto de Urbanização e Paisagismo com 2.273,55 m²
 - Memorial Descritivo
- 13 – Rua José Lino Schürhaus
 - Levantamento Planialtimétrico com 3.568,25 m²
 - Projeto Geométrico com 578,11 m²
- 14 – Rua Morro do Léu - Calemba
 - Levantamento Planialtimétrico com 7.473,22 m²
 - Projeto Geométrico com 1.145,35 m²

SÃO BONIFÁCIO

- 1 – Ponte Mistas de 4 x 7m
 - Orçamento
- 2 – Posto de Saúde de Santa Maria
 - Orçamento
- 3 – Bueiros de 0,80m e de 1,00m em Rodovias Municipais
 - Orçamento
- 4 – Pontes Mistas de 4 x 4m, 4 x 5m, 4 x 6 m, 4 x 7m, 4 x 7,5m e 4 x 10m
 - Orçamento
- 5 – Unidade Sanitária (272,55 m²)
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 6 – Terreno do C.E. São Tarcísio
 - Levantamento Planialtimétrico com 3.485,58 m²
- 7 – Ponte Mista Rodovia SBO-155 (4 x 6m)
 - Projetos Geométrico e Estrutural
- 8 – Ponte Mista Rodovia SBO – 347 (4 x 4m)
 - Projetos Geométrico e Estrutural
- 9 – Ponte Mista Rodovia SBO – 414 (4 x 7m)
 - Projetos Geométrico e Estrutural
- 10 – Ponte Mista Rodovia SBO – 489 (4 x 10m)
 - Projeto Geométrico e Estrutural
- 11 – Ponte Mista Rodovia SBO – 492 (4 x 5m)
 - Projetos Geométrico e Estrutural
- 12 – Ponte Mista Rodovia SBO – 496 (4 x 4m)
 - Projetos Geométricos e Estrutural
- 13 – Ponte Mista Rodovia SBO-498 (4 x 7,5m)
 - Projetos Geométrico e Estrutural

SÃO JOÃO BATISTA

- 1 – Terreno do Hospital Municipal Monsenhor Locks
 - Levantamento Planialtimétrico com 1.740,12 m²
- 2 – Terreno para construção de Ginásio de Esportes
 - Levantamento Planialtimétrico com 19.508,83 m²
- 3 – Terreno para construção de Creche Municipal
 - Levantamento Planialtimétrico com 4.859,59 m²
- 4 – Creche Municipal
 - Projeto Arquitetônico com 732,39 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento da 1ª Etapa (456,69 m²)
- 5 – Acesso à Cachoeira do Fernandes
 - Projeto de Pavimentação e Drenagem com 2.020 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 6 – Galpão de Reciclagem e Compostagem
 - Orçamento
- 7 – Rua Francisco J. L. Oliveira - Krequer
 - Levantamento Planialtimétrico com 13.102,19 m²
 - Projeto Geométrico com 3.872,00 m²
 - Projeto de Drenagem
- 8 – Terreno da Área Industrial
 - Levantamento Planialtimétrico com 4.600 m²
- 9 – Reforma e Ampliação do Posto de Saúde
 - Projeto Arquitetônico do Posto de Saúde
 - Memorial Descritivo
- 10 – Creche Municipal – 1ª Etapa (470,24 m²)
 - Orçamento

- 11 – Rua Marechal Floriano Peixoto
 - Levantamento Planialtimétrico com 37.065,76 m²
 - Projeto Geométrico com 4.751,57 m²
- 12 – Rua Prefeito Henrique Mazera Filho
 - Levantamento Planialtimétrico com 11.486,24 m²
 - Projeto Geométrico com 3.007,77 m²
- 13 – Travessa da Rua Domingos Lúcio Farias
 - Levantamento Planialtimétrico com 7.982,17 m²
 - Projeto Geométrico com 1.995,32 m²

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

- 1 – Moradia Econômica Padrão
 - Projeto Arquitetônico com 38,12 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 2 – Terreno da E. B. Adalberto T. de Carvalho – Santa Tereza
 - Levantamento Planialtimétrico com 13.083,06 m²
- 3 – Construção de muros na E. B. Adalberto T. de Carvalho – Santa Tereza
 - Orçamento
- 4 – Programa Sócio-Educativo Municipal – Santa Tereza
 - Projeto Arquitetônico com 148,15 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
- 5 – Fossa Séptica e Filtro Anaeróbio
 - Atualização do Orçamento
- 6 – Rua Ambrósio Kuhn/SPA-107 – Santa Tereza
 - Levantamento Planialtimétrico com 82.625,64 m²
 - Projeto Geométrico com 20.611,59 m²
- 7 – Trecho do Rio Maruim - Centro
 - Levantamento Planialtimétrico com 70.324,79 m²
- 8 – Rua Manoel Tomaz de Souza – Santa Tereza
 - Levantamento Planialtimétrico com 5.735,20 m²
 - Projeto Geométrico com 1.256,08 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento
 - Cronograma Físico-Financeiro

TIJUCAS

- 1 – Creche Municipal
 - Projeto Arquitetônico com 718,84 m²
 - Memorial Descritivo
 - Orçamento da 1ª Etapa (456,69 m²)

REPRESENTANDO A GRANFPOLIS EM EVENTOS

- 1 – Seminário do Fórum Catarinense de Desenvolvimento, local BRDE;
- 2 – Reuniões em São Pedro de Alcântara para a elaboração do Plano Diretor;
- 3 – Organização e coordenação do Fórum de Desenvolvimento Turístico da Grande Florianópolis, realizado no Centrosul;
- 4 – Reunião do Fórum de Turismo de Florianópolis, realizado no Centrosul;

- 5 – Participação em Mesa Redonda do III Fórum Comunitário do Lixo, Escola Técnica Federal de Santa Catarina;
- 6 – Seminário de Turismo, Reitoria da UFSC;
- 7 – V – Seminário Catarinense de Desenvolvimento Regional, tema: “A Mobilização e a Organização para o Desenvolvimento Regional”, Fiesc, dia todo;

ATENDIMENTO A SOLICITAÇÕES DE OUTROS ÓRGÃOS:

- 1 – Encaminhamento de um exemplar do Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico-Econômico ao escritório do Deputado Edson Andrino.
- 2 – Pesquisa e coleta de informações solicitadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (ofício SDM/GABS nº 1521/993), junto às Prefeituras da GRANFPOLIS, a respeito dos “instrumentos legais que embasam e controlam o planejamento para o desenvolvimento dentro do território” dos municípios com população urbana acima de 20 mil habitantes.
- 3 – Elaboração de mapa da GRANFPOLIS da rede rodoviária indicando as rodovias que necessitam de pavimentação asfáltica, a pedido do gabinete do Deputado Gervásio Silva.
- 4 – Elaboração de mapas do Estado com as divisões regionais, junto à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul, por solicitações da UDESC.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

- 1 – Planejamento da Reforma da Sede da GRANFPOLIS, com elaboração de Memorial Descritivo.

6.3 - ASSESSORIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

No exercício de 2001, a ASSESSORIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS procurou, além de responder às consultas de Prefeitos, Vereadores e Técnicos Municipais, às vezes emitindo pareceres escritos, manter-se atualizada, através do acompanhamento de publicações técnicas e da participação em eventos jurídicos.

Os principais assuntos que foram objeto de tratativas com os Municípios são elencados a seguir, antecipados pelas atividades de caráter geral:

6.3.1 – ATIVIDADES DE CARÁTER GERAL

- 1 - Atendimento telefônico
- 2 - Atualização Legislativa
- 3 - Atualização Doutrinária:
 - 3.1 - Revista Interesse Público
 - 3.2 - Revista Jurídica
 - 3.3 - Revista Síntese Trabalhista
 - 3.4 - Revista Boletim de Direito Municipal
 - 3.5 - Revista Informativo de Licitações e Contratos
 - 3.6 - Revista Municipium – Mayr Godoy
 - 3.7 - Revista Consulex
- 4 - Acompanhamento do Diário Oficial do Estado de Santa Catarina
- 5 - Acompanhamento da jurisprudência catarinense – Diário da Justiça
- 6 – Acompanhamento de Processos Judiciais em curso no Tribunal Regional Federal – 4ª Região (PASEP, INSS)
- 7 – Preparação do “Curso Noções de Técnica e Processo Legislativo”
- 8 – Elaboração da apostila do mencionado curso – 76 páginas.
- 9 – Execução do mencionado curso – duas turmas
- 10 – Participação em reuniões mensais do Conselho de Consumidores da CELESC.
- 11 – Participação em Cursos:
 - 11.1 – Como “Aumentar a Arrecadação Municipal – PLANEFAZ – FLORIANÓPOLIS/SC – 05 a 09 de novembro;
 - 11.2 – Seminário Municipal de Municipalização do Trânsito – O que os Municípios precisam saber sobre o novo Código de Trânsito – Porto Alegre – 17, 18 e 19 de abril.
 - 11.3 – “ABC DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS E LEI DOS CRIMES FISCAIS – 09 a 11 de maio.
 - 11.4 – “Jornada Sobre o Estatuto da Cidade – 18 de setembro de 2001 – FIESC.
 - 11.5 – QUARTO CICLO DE ESTUDOS DE CONTROLE PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – TCE/SC, no período de 10 e 11 de dezembro.
 - 11.6 – Curso de Especialização em Direito Tributário de 09/03/2001 a 20/07/2002, na UNIVALI – Biguaçu, quinzenalmente, às sexta à noite e sábado integral.

ÁGUAS MORNAS

- 1 - Defesa junto ao INSS
- 2 - Orientação sobre licença-prêmio.
- 3 - Orientação sobre subsídio dos Vereadores.
- 4 - Orientação sobre remuneração de sessão extraordinária.
- 5 - Orientação sobre limites de despesa com pessoal
- 6 - Previdência Social – Vereadores e Comissionados.
- 7 - Apresentação de Projeto de Lei
- 8 - Convite – três convidados – um comparece
- 9 - Realização de Concurso Público - Deficientes

ALFREDO WAGNER

- 1 - Acompanhamento ao Ministério Público do Trabalho.
- 2 - Contratação de Admitidos em Caráter Temporário – Magistério.
- 3 - Três Estatutos de Associação.
- 4 - Publicação de Estatuto de Associação no Diário Oficial do Estado.
- 5 - Acumulação de Cargos.
- 6 - Extinção da UFIR.

ANGELINA

- 1 - Vetos de Emendas ao Plano Plurianual.
- 2 - Vetos de Emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- 3 - Vetos de Emendas à Lei Orçamentária Anual.
- 4 - Procedimentos após a derrubada do veto.
- 5 - Respostas a pedidos de Informação.
- 6 - Respostas a requerimentos.
- 7 - Autonomia da Câmara Municipal de Vereadores.
- 8 - Estrutura da Câmara.
- 9 - Criação de cargos na Câmara.
- 10 - Acompanhamento ao Ministério Público do Trabalho.
- 11 - Três viagens ao Município.

ANITÁPOLIS

- 1 - Parecer em 20 processos licitatórios.
- 2 - Vice-Prefeito – Secretário – Subsídio.
- 3 - Resposta à Diligência/Tribunal de Contas do Estado.
- 4 - Desapropriação para indústria.
- 5 - Orientação sobre concurso.
- 6 - Orientação sobre nomeação de concursados.
- 7 - Providências exigidas pelo Ministério Público do Trabalho.
- 8 - Gratificações aos Servidores.
- 9 - Horas Extras dos servidores.
- 10 - Acumulação de cargos.
- 11 - Reajuste do IPTU.
- 12 - Extinção da UFIR.

ANTÔNIO CARLOS

1. Concessão de pensão a dependentes adultos.
2. Contrato de fornecimento de Vereador para o Município.
3. Contrato de fornecimento de parentes do Prefeito ou do Vereador ao Município.
4. Convite – apenas um licitante.
5. Limites com despesa de pessoal.
6. Revisão Geral Anual do Vencimento.
7. Extinção da UFIR.

BIGUAÇU

- 1 - Construção da Sede Própria: Aquisição do imóvel pela Câmara.
- 2 - Estrutura da Câmara – Criação.
- 3 - Cargo da Câmara – Criação.
- 4 - Emendas ao Plano Plurianual.
- 5 - Vetos à Lei Orçamentária Anual.

CANELINHA

- 1 - Extinção da UFIR.

GOVERNADOR CELSO RAMOS

- 1 - Minuta de Convite para mobília da Câmara Municipal.
- 2 - Minuta de Lei alterando a estrutura organizacional do Poder Executivo.
- 3 - Licitação – aditivo – aumentando a quantidade de combustível.
- 4 - Licitação – aquisição de medicamentos.
- 5 - Orientação sobre Termo de Ajustamento de Conduta com Ministério Público do Trabalho.

LEOBERTO LEAL

- 1 - Desapropriação de pedreira - macadame.
- 2 - Cinco audiências – Ituporanga.
- 3 - Acompanhamento ao Ministério Público do Trabalho.
- 4 - Concurso Público – realização
- 5 - Nomeação – processamento.
- 6 - Contratação de Ação
- 7 - Dez minutas de Lei.
- 8 - Licitação – Convite – único licitante.
- 9 - Licitação – Tomada de Preço – único licitante.
- 10 - Sete viagens à Prefeitura.
- 11 - Extinção da UFIR.

MAJOR GERCINO

- 1 - Defesa perante o Ministério Público Estadual.
- 2 - Suplementação de Dotação para Câmara.
- 3 - Suplementação para o Executivo.
- 4 - Audiências Públicas.
- 5 - Licitação Convite – único licitante.
- 6 - Desapropriação – orientação
- 7 - Regime Próprio de Previdência.

NOVA TRENTO

- 1 - Concurso Público - realização.
- 2 - Nomeação – procedimento.
- 3 - Licitação – Convite – único licitante.
- 4 - Prorrogação de Contrato.
- 5 - Contratação de Admitidos em Caráter Temporário.
- 6 - Transporte Escolar – condutor e contratação.
- 7 - Agregação ao vencimento.

PALHOÇA

- 1 - Concessão de Gratificação de função – Câmara.
- 2 - Contagem para anuênio.
- 3 - Licitação – Convite e Tomada de Preço.
- 4 - Receita Tributária – Conceito x Tribunal.
- 5 - Contratação de Admitidos em Caráter Temporário pela Câmara.
- 6 - Habilitação para Licitação.
- 7 - Desclassificação de proposta licitatória.
- 8 - Contratação com dispensa e inexigibilidade de licitação.
- 9 - Edital de Concurso Público.

10 - Nomeação de concursados.

PAULO LOPES

- 1 – Contratação de Admitidos em Caráter Temporário.
- 2 – Realização de Concurso Público – Edital.
- 3 – Contratação de empresa para a realização de concurso público.
- 4 – Insalubridade – concessão e regulamentação.

RANCHO QUEIMADO

- 1 - Reapresentação de Projeto de Lei pelo Prefeito.
- 2 - Apreciação e Rejeição de veto.
- 3 - Ata de Sessão da Câmara.
- 4 - Rejeição de Projeto de Lei pela Câmara.
- 5 - Licitação – convite.
- 6 - Licitação – tomada de preço.

SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

- 1 - Licitação pela Câmara.
- 2 - Atualização do Quadro de Pessoal da Câmara.
- 3 - Subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito e Vereadores.

SÃO BONIFÁCIO

- 1 - Vinte pareceres em Processo Licitatórios.
- 2 - Acompanhamento ao Ministério Público do Trabalho.
- 3 - Concurso Público – realização.
- 4 - Nomeação – procedimento.
- 5 - Contratação de Admitidos em Caráter Temporário.
- 6 - Licitação – Convite x Tomada de Preço.
- 7 - Defesa em Processo Judicial.
- 8 - Recolhimento PASEP.

SÃO JOÃO BATISTA

- 1 - Defesa no Tribunal de Contas do Estado.
- 2 - Derrubada de veto pela Câmara.
- 3 - Quadro de Pessoal da Câmara.
- 4 - Emendas – apresentação – Câmara.
- 5 - Acumulação de Cargos.
- 6 - Concessão de anuênio.
- 7 - Contratação de Admitidos em Caráter Temporário.
- 8 - Convênio Secretaria de Segurança Pública e Município.
- 9 - Contrato administrativo – Aditivo
- 10 - Usina de Leite – licitação – concorrência.

SÃO JOSÉ

- 1 – Concessão de abono aos professores.
- 2 – Projeto de Lei – FUNDEF – abono.

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

- 1 - Comissão Parlamentar de Inquérito – orientação.
- 2 - Audiências – Município – cinco.
- 3 - Projeto de Lei – Conselho Tutelar.
- 4 - Projeto de Lei – Conselho Municipal de Alimentação Escolar.
- 5 - Contratação de Admitidos em Caráter Temporário.
- 6 - Projeto de Lei – Isenção e Redução do IPTU.

TIJUCAS

- 1 - Subsídio dos Vereadores – limites - alteração.
- 2 - Sessões Extraordinárias da Câmara – Remuneração.
- 3 - Quadro de Pessoal da Câmara – disciplinamento.

6.4 – ASSESSORIA PREVIDENCIÁRIA

As atividades da GRANFPOLIS desenvolvidas pela Assessoria Previdenciária no decorrer do ano de 2001 foram marcadas pela busca intensa do cumprimento das novas determinações proferidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social para os Regimes Próprios de Previdência Municipal.

O novo ordenamento jurídico previdenciário, simétrico a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), passou a exigir uma nova postura dos Administradores Públicos, através do controle das contas dos Institutos e do aprimoramento de seus cadastros e da concessão de seus benefícios, em estrita conformidade com a Emenda Constitucional nº 20/98, a Lei nº 9717/98 e, dentre outras, a Portaria MPAS nº 4992/99.

Importante fio condutor dos Regimes Próprios em 2001 foi a imposição conferida aos Municípios, do controle externo realizado pelo Ministério da Previdência através da concessão da chamada Certidão de Regularidade Previdenciária – CRP. Tal Certidão é uma espécie de Certidão Negativa de Débitos, a qual avaliza o Município a receber convênios e outras transferências constitucionais, com validade máxima de 180 dias. Observamos que dentre os institutos da GRANFPOLIS cerca de 90% estão em dia com a concessão da CRP.

Ademais, o controle eficaz da Previdência Municipal, com planejamento administrativo, equilíbrio financeiro e atuarial, envolvimento dos servidores efetivos com a instituição como administradores e gestores das contribuições previdenciais, trouxe ao cenário das relações na Administração a transparência e a confiança necessária para o estabelecimento de Regimes sólidos e fortes, totalmente viáveis para o futuro.

Resumidamente, para fins de registro e prestação de contas, no exercício de 2001, foram assessorados os seguintes Institutos de Previdência Municipal: IPAM (Águas Mornas), ANGEPREV (Angeli- na), IPREALWAG (Alfredo Wagner), IPREANCARLOS (Antonio Carlos), IPREAPOLIS (Anitápolis), IPRE- GOBA (Garopaba), IPRELL (Leoberto Leal), IPRELOPES (Paulo Lopes), IPREVENT (Nova Trento), IPRERQ (Rancho Queimado), IPRESJB (São João Batista), IPRESANTOAMARO (Santo Amaro da Impera- triz), INSPA (São Pedro de Alcântara), através do desenvolvimento dos seguintes trabalhos:

- 1 - Atendimento pessoal e permanente todas as sextas-feiras, em período integral na sede da GRANFPOLIS, dos Prefeitos, Diretores-Executivos dos Institutos e segurados ou dependentes;
- 2 - Visitas aos Institutos, em sua sede para realização de trabalhos específicos;
- 3 - Análise da documentação dos segurados ou dependentes para possíveis concessões de aposentadorias ou pensões;
- 4 - Confecção de pareceres de aposentadoria e pensão por morte, devidamente instruídos com Despacho de Concessão, Carta de Concessão e Memória de Cálculo do Benefício;
- 5 - Elaboração de pareceres sobre quaisquer consulta formulada pela Diretoria-Executiva ou Conselheiros dos Institutos;
- 6 - Treinamento de estagiários locais que desenvolvem atividades de coleta de dados e atos administrativos nos Institutos;
- 7 - Acompanhamento das perícias médicas realizadas para a concessão de aposentadorias por invalidez, através do encaminhamento para a empresa prestadora dos serviços de perícias, discussões com os médicos-peritos sobre cada caso, elaboração dos quesitos técnicos para emissão do laudo;
- 8 - Remessa dos processos de aposentadoria e pensão ao Tribunal de Contas para registro e posterior recebimento da Compensação Previdenciária;
- 9 - Acompanhamento e elaboração do convênio para recebimento dos valores pecuniários advindos da Compensação Previdenciária;
- 10 Elaboração de projetos de lei atinentes a matéria previdenciária, dentre outros: alteração do projeto originário em face de novas determinações estabelecidas pela legislação federal ou alterações procedidas no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, alteração de alíquotas dado o calculo atuarial anual, autorização para extinção do Regime Próprio, autorização para parcelamento de dívida previdenciária;
- 11 - Elaboração de Termos de Confissão de Dívida e contrato de parcelamento de dívidas previdenciárias;

- 12 - Confecção de Portarias, Decretos, Memoriais, Notas Técnicas, Despachos, Pedidos de Diligência, Ofícios aos órgãos da Administração federal, estadual e municipal, para préstimo de informações ou cumprimento de medidas legais;
- 13 - Confecção do Decreto regulamentados à lei de criação dos Regimes Próprios de Previdência;
- 14 - Confecção da Agenda Previdenciária, contendo todas as obrigações e deveres impostas aos Diretores-Executivos e Conselheiros dos Institutos, com orientações e as datas pertinentes para cada evento a ser realizado;
- 15 - Participação nas reuniões dos Conselhos Administrativo e Fiscal, para prestar esclarecimentos relativos a legislação e sua aplicação;
- 16 - Confecção do Regimento de Eleições dos Conselhos Administrativo e Fiscal, com posterior acompanhamento do processo eleitoral e dos demais atos administrativos para seu perfeito encerramento;
- 17 - Respostas à correspondências do Ministério da Previdência e ao Tribunal de Contas;
- 18 - Confecção de consultas ao Ministério da Previdência, Banco Central e ao Tribunal de Contas para pacificar posicionamento administrativos e jurídicos sobre temas previdenciários;
- 19 - Acompanhamento do censo cadastral dos segurados para coleta de dados funcionais e pessoais a título de formação do arquivo documental do Instituto e aprimoramento dos dados utilizados para a confecção do cálculo atuarial;
- 20 - Acompanhamento da elaboração do cálculo atuarial e posterior discussão com a Administração Municipal;
- 21 - Préstimo de informações em Mandados de Segurança impetrados contra o Instituto, na pessoa de seu Diretor-Executivo;
- 22 - Interposição de recursos às ações judiciais propostas contra o Instituto, com conseqüente acompanhamento;
- 23 - Acompanhamento dos processos licitatórios e confecção de contratos e aditivos;
- 24 - Realização de treinamentos na sede da GRANFPOLIS, relativos a teoria e prática da concessão de benefícios;
- 25 - Realização de reuniões periódicas com a presença de todos Diretores-Executivos para discutir normas e procedimentos administrativos e legais dos Institutos;
- 26 - Orientação e acompanhamento do preenchimento do Demonstrativo Previdenciário, Demonstrativo de Pessoal e Demonstrativo Financeiro a ser enviado para o Ministério da Previdência Social;
- 27 - Participação e acompanhamento dos Diretores-Executivos no 1º Debate promovido pelo ICSS – São Paulo;
- 28 - Participação em reuniões com Vereadores e esclarecimento de suas dúvidas na Câmara Municipal ou na sede da GRANFPOLIS;
- 29 - Elaboração e condução dos processos administrativos de cobrança de contribuições aos segurados e dependentes dos Institutos;
- 30 - Elaboração de estudo técnico para ingresso de ação contra o IPESC para busca das contribuições vertidas aquele órgão a título do convênio com os municípios;
- 31 - Integração e discussão com as demais áreas técnicas da GRANFPOLIS, para perfeita prestação dos trabalhos atinentes aos Regimes Próprios de Previdência;
- 32 - Orientação sobre modificações a serem procedidas nos Estatutos Funcionais, em virtude das Emendas Constitucionais nº 19 e 20.

**PRESTAÇÃO
DE
CONTAS**

PRESTAÇÃO DE CONTAS

SUMÁRIO

- 01 - DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**
- 02 - RESUMO GERAL DA RECEITA ARRECADADA**
- 03 - RESUMO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA REALIZADA**
- 04 - COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**
- 05 - COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA**
- 06 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**
- 07 - BALANÇO FINANCEIRO**
- 08 - BALANÇO PATRIMONIAL**
- 09 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**
- 10 - DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE**